

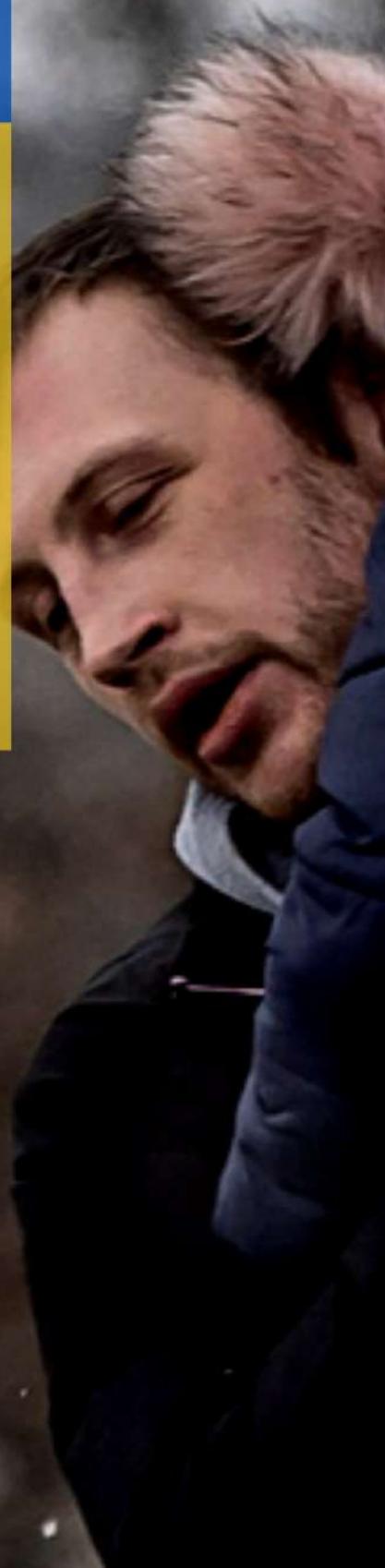
8ª EDIÇÃO | JULHO DE 2023

STATE BUILDING & FRAGILITY MONITOR

Ucrânia

INSTITUTO DO ORIENTE

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas



STATE BUILDING & FRAGILITY MONITOR

Um Projeto do Instituto do Oriente

8ª edição | 2023

O *State Building & State Fragility Monitor* apresenta-se como uma ferramenta útil para estudantes, académicos, *policy makers*, assim como todos os interessados em explorar as temáticas abordadas. Este projeto desenvolve uma vasta análise das dinâmicas internacionais e regionais, sobre o ponto de vista da construção ou fragilidade dos Estados, culminando na publicação deste monitor científico e académico.

Conselho Editorial

Diretor/Editor-Chefe – Nuno Canas Mendes (IO/ISCSP)

Coordenação Científica – Diogo Cardoso (IO/ISCSP) & Patrícia Tomás (IO/ISCSP)

Coordenação Executiva e Edição – Salomé Rosa (IO/ISCSP) & Miguel do Rosário (IO/ISCSP)

Contribuíram para a 8ª Edição da *State Building & State Fragility Monitor*

Beatriz Capão, Diogo Calinas, Sofia Devesa, Margarida Brás Torres, Hugo Neves.

Características Técnicas

Periodicidade Semestral | Publicação

Gratuita

Sede do Editor e da Redação

Instituto do Oriente / Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Campus Universitário do Alto da Ajuda

Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

Tel.: (+351) 213619430

Email: ioriente@iscsp.ulisboa.pt

Para mais informações consulte:
<https://ioriente.iscsp.ulisboa.pt>

A Project of Orient Institute

8th edition | 2023

The *State Building & State Fragility Monitor* presents itself as a useful tool for students, academics, policy makers, as well as anyone interested in exploring the topics covered. This project develops a vast analysis of international and regional dynamics, from the point of view of the construction or fragility of States, culminating in the publication of this scientific and academic monitor.

Editorial board

Director/Editor-in-Chief – Nuno Canas Mendes (IO/ISCSP)

Scientific Coordination -- Diogo Cardoso (IO/ISCSP) & Patrícia Tomás (IO/ISCSP)

Executive Coordination and Editing – Salomé Rosa (IO/ISCSP) & Miguel do Rosário (IO/ISCSP)

Contributed to the 8th Edition of the *State Building & State Fragility Monitor*

Beatriz Capão, Diogo Calinas, Sofia Devesa, Margarida Brás Torres, Hugo Neves.

Technical Characteristics

Biannual journal | Free publication

Editorial Office

Orient Institute / Institute of Social and Political Sciences of the University of Lisbon

Campus Universitário do Alto da Ajuda

Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

Tel.: (+351) 213619430

Email: ioriente@iscsp.ulisboa.pt

For more information:
<https://ioriente.iscsp.ulisboa.pt>

ÍNDICE

Editorial

NUNO CANAS MENDES

Os limites políticos da Responsabilidade de Proteger já foram atingidos?

BEATRIZ CAPÃO

O plano de Putin para reconstruir a “Novorossiya” e a sua correlação com a guerra na Ucrânia – um estudo de caso

DIOGO CALINAS

O papel da NATO na Ucrânia: implicações geopolíticas

SOFIA DEVESA

Pretensões e Frustrações: uma análise ao passado histórico das interações políticas entre a Ucrânia e a Rússia

MARGARIDA BRÁS TORRES

A Guerra em Donbass: dos Acordos de Minsk à Resolução da Duma para a Independência da RPD e da RPL

HUGO NEVES

EDITORIAL

NUNO CANAS MENDES

Presidente do Instituto do Oriente

A 8.^a edição do *State-Building and Fragility Monitor* é dedicada à invasão da Ucrânia pela Rússia. Se o surto pandémico já tinha introduzido uma disrupção de proporções inimagináveis, a guerra que Putin lançou, sem fim à vista, obrigou-nos a repensar as referências e em doses acentuadas de hiper-realismo tem dado origem a inúmeros debates em torno de temas muito diversos como o alargamento da NATO, a solidariedade dos EUA e da UE com a Ucrânia, as sanções à Rússia, o fornecimento de armamento, os constrangimentos das exportações de cereais, a atitude e os interesses da República Popular da China e do Sul Global, etc., etc. Com inúmeras ambiguidades e níveis de complexidade assinaláveis, ninguém parece ter dúvidas que o mundo está num ponto de viragem e que o sistema internacional nos termos que lhe conhecemos, nos traços que conserva do tempo da Guerra Fria e das transformações ocorridas desde 1989 – a globalização, o regionalismo, a afirmação dos BRICS e da China em particular, o terrorismo islâmico – está a sofrer uma alteração de fundo. O debate entrou no nosso quotidiano através de um exército de comentadores mais ou menos preparados, no ingrato papel de casar a espuma dos dias com um conhecimento especializado, denso e complexo que se exige para tentar compreender o que está a suceder. A indignação emerge entre os que condenam a agressão à soberania e os desígnios expansionistas de Putin, os que se desgostaram com o cinismo europeu ou os que põe acima de tudo sentimentos antiamericanistas. O ambiente favorece o

armagedão pré-apocalíptico: a guerra, esta, é um combate final entre as forças do bem e do mal, onde todos os reis da Terra se opõem a Deus.

A discussão sobre fragilidade e a (re)construção dos Estados ganha uma oportunidade única, pelo que aqui se reúnem cinco textos, de alunos de 2.º ciclo e 1.º ciclo de diferentes Universidades, a saber: Beatriz Capão, Diogo Calinas, Sofia Devesa, Hugo Neves, Margarida Brás Torres. Agradeço o contributo de cada um. A inquietação do momento e a vertigem existencialista levaram estes jovens investigadores a quererem partilhar os seus pontos de vista e as suas análises, não me competindo, através do presente editorial, senão exortar à leitura destes estimulantes artigos.

OS LIMITES
POLÍTICOS DA
RESPONSABILIDADE
DE PROTEGER JÁ
FORAM ATINGIDOS?

BEATRIZ CAPÃO

Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade
Nova de Lisboa

Os limites políticos da Responsabilidade de Proteger já foram atingidos?

BEATRIZ CAPÃO

Resumo

Este artigo procura analisar a situação da Responsabilidade de Proteger (R2P), à luz do cenário e dinâmicas de guerra que estão presentes no território ucraniano. Um dos objetivos é perceber até que ponto os Estados podem ir, e estão dispostos a ir, mesmo com a ausência do conselho de segurança para legitimar este compromisso global. Importa questionar qual a seriedade da R2P, num sistema internacional que não a aplica.

Palavras-chave: Ucrânia, Responsabilidade de Proteger, Conselho de Segurança

1. Os limites políticos da Responsabilidade de Proteger já foram atingidos?

A fevereiro de 2022, Vladimir Putin reconheceu a legitimidade da República Popular de Donetsk e da República Popular de Lugansk, ambas sob o controlo das forças separatistas pró-Rússia na região do Donbass. A 24 de fevereiro, o Kremlin dava o pontapé de partida para mais uma “operação militar” da Rússia na Ucrânia, com o mote especial de a “desmilitarizar” e “desnazificar”. Porém, aquilo que seria uma conquista rápida à capital de Kiev, não contava com a célere oposição ucraniana e com a mobilização em unidade do ocidente (Hood, 2022).

Diante da ausência de qualquer êxito militar decisivo, a Rússia demonstrou-se progressivamente impermeável à posição e condenação internacional, vincando a sua narrativa militar. Com o somar de ataques indiscriminados a civis pelo território ucraniano, as primeiras investigações feitas sugerem que os ataques se constituem como crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Assim, perante uma nova página da cooperação internacional, a Responsabilidade para Proteger (R2P) era a norma internacional chamada para proteger as pessoas dos crimes hediondos que estavam a viver (Cox & Stanley, 2018).

2. A Responsabilidade de Proteger aplicada à Guerra na Ucrânia

A Responsabilidade de Proteger nasce de um desafio normativo que circulava dentro dos debates da comunidade internacional, onde a igualdade de soberania e direitos humanos

são dois princípios incompatíveis dentro do sistema das Nações Unidas. O primeiro advoga a favor da legitimidade da doutrina da soberania de um Estado, baseando-se na igualdade de todos os Estados no sistema internacional, defendendo uma postura sacrossanta na forma como administra o seu teatro doméstico sem a interferência externa. Já o segundo, procura vincar como os direitos humanos são individuais, inalienáveis e transcendem a dimensão da territorialidade soberana. Sendo assim, a intervenção internacional justifica-se na medida em que procura proteger os civis em risco (Cox & Stanley, 2018; Barber, 2022).

Perante esta questão normativa, em 2001, o Canadá cria a Comissão Internacional para Intervenção e Soberania do Estado (ICISS) procurando auxiliar as Nações Unidas a encontrar um ponto de comum na incompatibilidade entre direitos humanos e soberania, acabando, assim, por dar origem a um relatório intitulado de Responsabilidade de Proteger (Cox & Stanley, 2018). A somar, em 2005, na Cúpula Mundial das Nações Unidas, a R2P ficou assente como um compromisso político mundial, procurando proteger as populações em risco (Hood, 2022).

Assim, a Responsabilidade de Proteger apresenta-se como um compromisso internacional entre todos os Estados membros das Nações Unidas. Surgiu como uma norma internacional que procura o ponto de encontro entre soberania e direitos humanos, nomeadamente como uma resposta ao fracasso mundial, quando se trata de prevenir e conter a brutalidade e atrocidades em massa - como aquelas que ocorreram no Ruanda e na ex-Jugoslávia em 1990. Desta forma, a R2P, assenta em três pilares (Barber, 2022):

- Os Estados têm a responsabilidade de proteger a sua população das atrocidades em massa;
- As Nações Unidas têm a responsabilidade de ajudar os Estados a cumprir essa responsabilidade;
- Cabe às Nações Unidas a responsabilidade de agir coletivamente, caso um Estado estiver manifestamente a falhar na proteção da sua população ou se for o responsável por violar os direitos humanos da sua população.

Apesar dos Estados membros das Nações Unidas terem endossado a R2P como uma norma a aplicar face a crimes hediondos contra a humanidade, a necessidade de se recorrer ao Conselho de Segurança para que seja tomada uma ação coletiva, hábil e

decisiva, encontra o impasse do direito de veto dos membros permanentes. Portanto, presença da Rússia no Conselho de Segurança da ONU espelha o impasse à ágil atuação por parte da ONU, uma vez que esta pode vetar, e veta, qualquer ação que se desvie do seu interesse (Cox & Stanley, 2018). Desta forma, enquanto as ações oriundas do Kremlin continuam a violar a Convenção de Genebra sobre crimes de guerra, as Nações Unidas revelam as suas vulnerabilidades em proteger a população ucraniana, bem como a perda de legitimidade em aplicar a R2P, levantando o véu sobre o fracasso desta doutrina (aBarber, 2022).

A questão crucial, à luz do presente desafio humanitário, é de quem é a obrigação de salvaguardar e proteger os civis ucranianos em risco, quando o Estado findou a sua capacidade de o fazer?

Neste aspeto, James Pattison declara que existe uma ausência sobre qual ator deve assumir o papel de proteger os civis ucranianos e se essa responsabilidade deve recair sobre a ONU, a NATO ou outro ator regional. Este desafio teórico, que a R2P tem vindo a levantar, encontra eco num impasse de ação comandada pelas Nações Unidas, que acaba por se tornar mais musculado quando existe uma potência nuclear no tabuleiro (Cox & Stanley, 2018).

Ainda assim, segundo a narrativa da R2P, é responsabilidade da comunidade internacional em geral de auxiliar os Estados a exercer a ajuda. A somar, em 2009 e 2012, foram abordadas medidas que os Estados individualmente poderiam tomar e aplicar. Contudo, esta ação unilateral, onde de forma desagregada os Estados acionam a sua responsabilidade contra as atrocidades, para lá do seu território, não foi devidamente elaborada. Deixando, assim, a aplicação da R2P num limbo de apostas (Barber, 2022).

Um dos pontos vincados pela situação vivida em território ucraniano é que acionar uma resposta ao conjunto de crimes hediondos praticados, enquanto o estado perpetrador for uma potência nuclear, resulta num cenário extremamente difícil e espartilhado em termos de ação coletiva (Barber, 2022). Porém, face aos mecanismos diplomáticos acionados, desde o início da guerra, continua a ser indiscutível a necessidade de uma intervenção militar. No caso da Ucrânia, esta necessidade não espelha uma intervenção contra um outro Estado, com o objetivo de proteger as pessoas em risco nesse Estado, acaba antes por ser uma ação que transcende esta visão. Falamos, então, de uma intervenção cujo o seu destino é ajudar um Estado, neste caso a Ucrânia, a proteger a sua

própria população das atrocidades perpetuadas por outro Estado – a Rússia (aBarber, 2022; Barber, 2022).

O conflito presente reflete-se num pano de fundo internacional, do qual emergem diversas fragilidades, onde as ajudas militares por parte do Ocidente, por via da realidade conjuntural, se traduzem de forma cirúrgica e cautelosa. A linha é traçada com palavras calorosas de ajuda humanitária e com um leque de novas formas de transmitir que não será acionada uma intervenção militar (Cox & Stanley, 2018).

3. Considerações Finais

Em jeito de conclusão, é intrínseco à R2P o dever e, paralelamente, a obrigação de cooperar para colocar um término às violações para com os civis e para com as normas imperativas do direito internacional. Porém, dada a magnitude que a guerra acabou por somar, com ataque após ataque, a essência do debate normativo continua longe do objetivo esboçado em 2005.

A perda da credibilidade em relação à R2P apenas evidencia que o seu destino foi configurado para falhar, uma vez que existe num perímetro internacional com uma tensão geopolítica insolúvel, a começar pelo Conselho de Segurança, onde a agenda de interesses e aliados dos seus membros é o histórico condenatório da sua ação.

Apesar do presente conflito ainda não ter data marcada para o seu término, a fenda de luz que permitiria uma intervenção militar, por motivos estritamente humanitários, poderá estar consignada aos livros de história. Assim, os objetivos de 2005, para a R2P, não foram alcançados, procurando agir num tempo que ainda não chegou.

Referências Bibliográficas

a_Barber, R. (2022). Does the 'Responsibility to Protect' Require States to go to War with Russia? Obtido em 15 de dezembro de 2022, <https://www.justsecurity.org/80833/does-the-responsibility-to-protect-require-states-to-go-to-war-with-russia/>

Barber, R. (2022). What Does the 'Responsibility to Protect' Require of States in Ukraine? 2(25). DOI: <https://doi.org/10.1163/18754112-25020005>

Cox, D. G., & Stanley, B. (2018). The Responsibility to Protect Has Turned into a Strategic Mistake.

Hood, L. (2022). Ukraine: The UN's "responsability to protect" doctrine is a hollow promise for civilians under fire. Obtido em 2 de dezembro de 2022, de <https://theconversation.com/ukraine-the-uns-responsibility-to-protect-doctrine-is-a-hollow-promise-for-civilians-under-fire-178661>

Nota de autor

BEATRIZ CAPÃO é licenciada em Ciência Política e Pós-Graduada em Crise e Ação Humanitária pelo ISCSP- ULisboa. Atualmente, é aluna do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na FCSH- Universidade Nova. As suas áreas de interesse vão desde a Cibersegurança até à Região da Ásia-Pacífico, passando também pelos estudos do populismo.

O PLANO DE
PUTIN PARA
RECONSTRUIR A
“NOVOROSSIYA”
E A SUA
CORRELAÇÃO
COM A GUERRA
NA UCRÂNIA –
UM ESTUDO DE
CASO

DIOGO CALINAS

Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas da Universidade
Nova de Lisboa

O plano de Putin para reconstruir a “Novorossiya” e a sua correlação com a guerra na Ucrânia – um estudo de caso

DIOGO CALINAS

Resumo

Desde o início da invasão de Putin na Ucrânia, questiona-se quais foram as verdadeiras intenções e interesses de Putin a respeito da Ucrânia e a sua motivação para escalar a situação da região do Donbass, para uma guerra de larga-escala. Uma das várias possibilidades já mencionadas desde a anexação da Crimeia em 2014, mas que não é discutida nos noticiários, é o projeto geopolítico de reconstruir uma província que antes pertencia ao império Russo, a “Novorossiya”, que por outras palavras significa Nova Rússia. Este *paper* foca-se em descrever a referência histórica da “Novorossiya”, a partir da sua origem, até à reutilização deste conceito na política externa assertiva sob a Ucrânia, durante a administração de Putin. O segundo ponto de análise do *paper*, é o contexto da situação atual da Ucrânia, e apontar que semelhanças é que a invasão partilha com o projeto geopolítico. O principal objetivo deste *paper* não é introduzir uma conclusão final para o desenrolar da guerra, ou uma afirmação de que isto é o verdadeiro desejo de Putin por detrás da Guerra, mas sim conseguir estabelecer o paralelismo entre o projeto e a guerra, a fim de introduzir outra das várias hipóteses já existentes sobre a guerra. A análise dos comportamentos de Putin e da sua política externa ao longo dos anos, conclui que o Chefe de Estado Russo orienta a sua política externa assertiva com uma postura Czarista. A recente invasão militar à Ucrânia levanta, mais uma vez, a questão que elementos é que apuram esta motivação para o “imperialismo” Russo desta Invasão à Ucrânia. A resposta, que se costuma argumentar, é que de facto existem outros planos mais amplos que Putin tenciona alcançar, um deles sendo o reflorescimento do plano da “Novorossiya” (Nova Rússia).

Palavras-chave: Rússia, Guerra da Ucrânia, Novorossiya

1. A geopolítica da “Novorossiya” e os interesses de Putin

O termo “Novorossiya” foi formalmente utilizado pela primeira vez há mais de 250 anos atrás durante o Império Russo. Quando o Império Russo derrotou o Império Otomano numa série de batalhas que surgiram entre 1768 até 1774, adquiriu controlo total de uma série de territórios a norte do Mar Negro. “Novorossiya” foi o termo atribuído à província Russa estabelecida nessa localização, ocupando praticamente o Sul do que é hoje a Ucrânia, estendendo-se até à região do rio Dniestre, território da região separatista da Transnístria. Era uma região sob o controlo do império Czarista Russo, dividida em três subprovíncias que incluem dez regiões diferentes que hoje são conhecidas como a Transnístria, Odessa, Mykolaiv, Kherson, Zaporizhia, Dnepropetrovsk, Kharkiv, Crimeia, Donetsk e Lugansk¹. No ano 1874, estas subprovíncias foram integradas num novo sistema de governo geral para toda a província².

O conceito foi reintroduzido para a história moderna da região da Eurásia, aquando dos movimentos pró-separatistas que ocorreram na região de Donbass e os conflitos a leste da Ucrânia, antes, durante e depois da Revolução “Euromaidan” e da anexação da Crimeia em 2014. O projeto da “Novorossiya” foi operacionalizado quando o governo de Moscovo implementou políticas de destabilização em regiões separatistas do país, nomeadamente Crimeia, e Donbass (Donetsk e Lugansk), com o objetivo de juntar a população para se revoltar contra o governo e oligarcas do país. Os pró-Russos separatistas declaravam que exigiam desintegração da Ucrânia, para tornarem-se membros da Federação Russa, ou ganhar o estatuto de independência pela Rússia. O governo de Moscovo acreditava que com a anexação da Crimeia e a série de movimentos separatistas, que o projeto da “Novorossiya” seria bem-sucedido. A narrativa puxada por Putin para o desenvolvimento destas revoltas, era a suposição de que as regiões com maiorias de populações etnicamente Russas e Russófonas, nomeadamente no sudeste da Ucrânia,

¹ O’Loughlin, J. Toal, G. Kolosov, V. (2016) “The Rise and fall of ‘Novorossiya’: examining support for a separatist geopolitical imaginary in southeast Ukraine”, *Post-Soviet Affairs*. Disponível em: <https://booksc.org/book/52443469/8f6b6f>

² Toal, G. (2017) “Near abroad: Putin, The West, and the contest over Ukraine and the Caucasus”, Oxford University press, disponível em: <https://b-ok.xyz/book/2946730/431117>

estavam sob opressão pelo governo e autoridades ucranianas, espalhando esta narrativa para diversos grupos étnico-russos a fim de espalhar propaganda³.

O seguinte excerto, tirado de uma resposta de Putin quando lhe foi perguntado o significado de “Novorossiia”, consegue situar bem a opinião do líder Russo sobre esta questão territorial e a sua opinião sobre a Ucrânia de hoje:

The essential issue is how to ensure the legitimate rights and interests of ethnic Russians and Russian-speakers in the southeast of Ukraine. I would like to remind you that what was called Novorossiia (New Russia) back in the tsarist days—Kharkov, Lugansk, Donetsk, Kherson, Nikolayev, and Odessa—were not part of Ukraine back then. These territories were given to Ukraine in the 1920s by the Soviet government. (O’Loughlin, J. Toal, G. Kolosov, V. p.6 2016).

Segundo esta resposta de Putin, grande parte da região do que hoje é a Ucrânia não lhe é reconhecido como uma parte do país legítima, mas sim como uma parcela de território que antes pertencia ao Império Russo, e que corresponde ao que é a “Novorossiia”. Expressões como o povo Russo e o povo Ucraniano serem uma unidade, e que a Ucrânia apenas foi uma parte da região que o Império Russo cedeu, mostram a tonificação Nacionalista e o fervor Czarista que o presidente Russo defende. Grande parte destas posições de Putin perante o sudeste da Ucrânia e o sul do país, traz a ideia de que apesar de respeitar a Ucrânia como um país soberano e independente, há certas regiões que não foram justamente anexadas à Ucrânia, indicando assim as proclamações que fez. De forma sucinta, Putin acredita que a Ucrânia e a Rússia são apenas um povo (voltando à retórica do passado em que tudo pertencia ao Império Russo) etnicamente Russos e Russófonos, as regiões hoje pertencentes à Ucrânia, tinham sido concedidas pelo Império Russo, e por fim, a contradição por parte de Putin, de declarar que só quer manter relações amigáveis com um país do qual anexou uma das regiões em 2014, e neste momento iniciou uma invasão de larga escala no país vizinho, anexando unilateralmente mais quatro regiões supostamente separatistas⁴.

³ Toal, G. (2017) “Near abroad: Putin, The West, and the contest over Ukraine and the Caucasus”, Oxford University press, disponível em: <https://b-ok.xyz/book/2946730/431117>

⁴ O’Loughlin, J. Toal, G. Kolosov, V. (2016) “The Rise and fall of ‘Novorossiia’: examining support for a separatist geopolitical imaginary in southeast Ukraine”, Post-Soviet Affairs. Disponível em: <https://booksc.org/book/52443469/8f6b6f>

2. Guerra da Ucrânia

Com a Guerra da Ucrânia ao corrente, a Rússia tem tido vários avanços em certas cidades e outras regiões a sul da Ucrânia, tomando conta de uma parte da costa do Mar Negro. Porém, se estudarmos esta movimentação das tropas russas na região do país, especialmente nos últimos meses, consegue-se identificar um padrão bastante semelhante, se comparado com o mapa da “Novorossiia”.

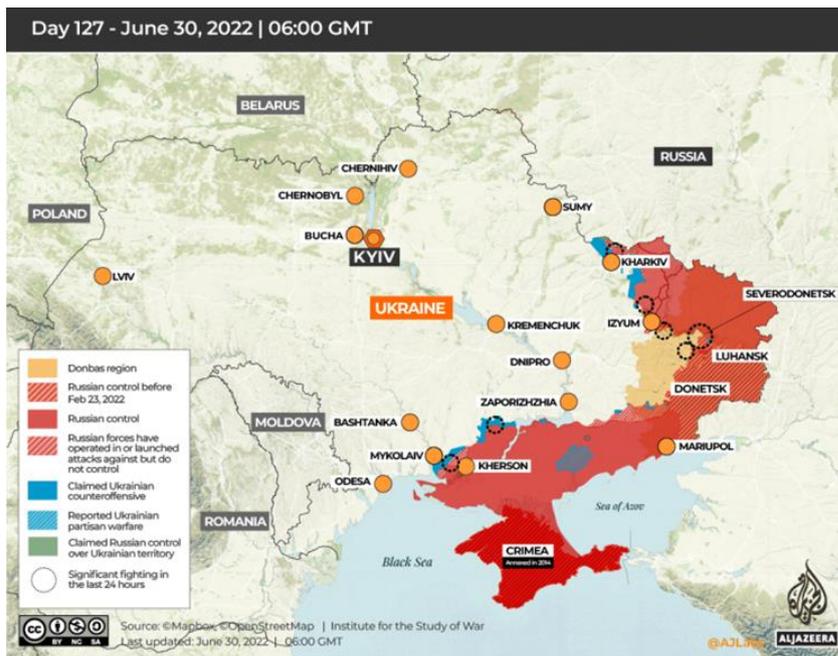


Fig1. Mapa da Ucrânia a destacar o avanço militar da invasão Russa, no 127º dia do conflito. Fonte: Al Jazeera <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/30/russia-ukraine-live-news-nato-responds-to-new-security-reality-liveblog>



Fig2. Mapa que desenha as fronteiras da região unitária Novorossiia em 1796, que inclui Transnístria, Odessa, Mykolaiv, Kherison, Crimeia, Zaporizhzhia, Dnepropetrovsk, Donetsk e Lugansk. Fonte: O’Loughlin, J. (2016) “The rise and fall of Novorossiia: examining support for a separatist geopolitical imaginary in southeast Ukraine”. Disponível em: <https://booksc.org/book/52443469/8f6b6f>

Tal como representado na Figura 1, o mapa de guerra da Ucrânia no final do mês de junho mostrava que as regiões separatistas de Lugansk e Donetsk, e as cidades do Sul Mariupol e Kherson, estavam sob o controlo das tropas Russas. Também se anotou num avanço das tropas Russas para outras regiões como Zaporizhia e Mykolaiv⁵.

Ao analisar a região da “Novorossiya” desenhada no mapa da Eurásia representado na Figura 2 acima, e comparando com o desenvolvimento da invasão Russa na Ucrânia, dá para entender que o padrão é praticamente idêntico, no sudeste da Ucrânia. Tendo em conta as reivindicações de Putin, sobre o que considera ser a “Novorossiya”, e a atual invasão da Rússia, pode-se chegar à conclusão que talvez o objetivo final de Putin com esta invasão, será ocupar o que antes pertencia ao Império Russo, estabelecendo assim a grande região que é universalmente etnicamente Russa.

Fundamentando ainda mais o ponto de vista deste ensaio, nos últimos meses tem ocorrido uma intensificação de bombardeamentos frente a Odessa, que fica a menos de 100 quilómetros da fronteira com a Transnístria, onde também estão estacionadas tropas Russas⁶.

O final do mês de setembro também marca outro ponto geopolítico importante do desenrolar da invasão, capaz de alterar o segmento da guerra para os seguintes meses. O presidente Vladimir Putin, a dia 30 de setembro, unilateralmente declarou que as regiões de Donetsk, Kherson, Lugansk e Zaporizhzhia foram anexadas ao território Russo. O processo de decisão do líder Russo foi tomado após a realização de uma série de referendos ilegais nas quatro regiões. Olhando para o seguinte mapa apresentado na figura 3, consegue-se perceber que a anexação das quatro regiões foi puramente estratégica, criando assim um corredor entre a Crimeia - ilegalmente anexada pela Rússia em 2014 - e a fronteira da Ucrânia com a Rússia.

⁵ Child, D. Marsi, F. Petrova, S. Hatuqa, D. (2022) “Russia-Ukraine latest updates: Moscow using Soviet-era missiles” Al-Jazeera, disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/6/30/russia-ukraine-live-news-nato-responds-to-new-security-reality-liveblog>

⁶ France24 (2022) “Strikes kill 18 in Ukraine’s Odessa” Associated French Press, disponível em: <https://www.france24.com/en/live-news/20220701-strikes-kill-18-in-ukraine-s-odessa>



Fig. 3 Mapa da Ucrânia a destacar a ocupação militar da Rússia (mancha vermelha), e o território recuperado pelas forças Ucrânicas (mancha roxa). 27 de outubro de 2022. Fonte: BBC. <https://www.bbc.com/news/world-europe-60506682>

À medida que a Guerra se vá desenvolvendo, novas conclusões e questões irão suscitar no âmbito de esclarecer quais as verdadeiras intenções que Putin tem perante o futuro da Ucrânia. Não obstante, o leque de situações, resultados e consequências que a invasão terá é muito amplo para conseguir formular apenas um desfecho rigoroso da Guerra.

Ao estabelecer o paralelismo entre a situação atual da Guerra da Ucrânia, estudando os avanços das tropas Russas, e localizar onde era a região da “Novorossiya”, é evidente que existem algumas semelhanças, uma vez que a grande maioria das regiões unilateralmente anexadas, apesar de não estarem sob controlo total do Kremlin, estavam localizadas dentro da província da “Novorossiya”. Em conclusão, o que esta hipótese vem a introduzir, é que desde 2014 com a anexação da Crimeia, os interesses e objetivos Czaristas de uma Rússia liderada por Vladimir Putin, trouxe um fervor imperialista, levando à inevitabilidade da invasão mais recente, sendo esta uma segunda tentativa de Vladimir Putin reconquistar aquilo que uma vez simbolizou o grande império Russo.

Referências Bibliográficas

O’Loughlin, J. Toal, G. Kolosov, V. (2016). The Rise and fall of ‘Novorossiya’: examining support for a separatist geopolitical imaginary in southeast Ukraine. *Post-Soviet Affairs*. Disponível em: <https://booksc.org/book/52443469/8f6b6f>

Diário de Notícias (2022). General Russo admite objetivo de ocupar sul da Ucrânia e uma região da Moldávia, *Diário de Notícias*, AFP. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/general-russo-admite-objetivo-de-ocupar-sul-da-ucrania-e-uma-regiao-da-moldavia-14791220.html>

Roth, A. (2022). Russian commander suggests plan is for permanent occupation of South Ukraine. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/apr/22/ukraine-south-occupation-russian-military-chief-rustam-minnekayev>

Toal, G. (2017). *Near abroad: Putin, The West, and the contest over Ukraine and the Caucasus*. Oxford University Press. Disponível em: <https://b-ok.xyz/book/2946730/431117>

DW (2022). Russia annexes four Ukrainian Regions. *Deutsche Welle* (DW). Disponível em: <https://www.dw.com/en/russia-putin-announces-illegal-annexation-of-four-ukrainian-regions/a-63292049>

Sauer, P. Harding, L. (2022). Putin annexes four regions of Ukraine in major escalation of Russia's war. *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/sep/30/putin-russia-war-annexes-ukraine-regions>

Nota de autor

DIOGO CALINAS é licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa. Atualmente, é aluno do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na FCSH-Universidade Nova de Lisboa. Tem um interesse particular pela área das relações internacionais, nomeadamente no que concerne a diplomacia, e a segurança e defesa internacional, com especial ênfase na vertente geopolítica e geoestratégica do respetivo campo.

O PAPEL DA NATO NA UCRÂNIA: IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS

SOFIA DEVESA

Instituto Superior de Ciências
Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa

O papel da NATO na Ucrânia: implicações geopolíticas

SOFIA DEVESA

Resumo

O presente artigo faz uma análise geopolítica ao papel da NATO no conflito da Ucrânia. Este Estado encontra-se entre os interesses geopolíticos das potências ocidentais e da Federação Russa, logo, a pergunta de partida é analisar qual a implicação geopolítica da Ucrânia em se tornar membro da NATO. O objetivo geral é compreender o papel desta organização na região e os objetivos específicos são compreender as relações entre a Rússia e a Ucrânia. A análise é feita numa lente realista e a metodologia utilizada é qualitativa. Apesar da expansão a Leste da NATO ter contribuído para que a Rússia percecionasse tal como uma ameaça face aos interesses de política externa, a invasão à Ucrânia mostrou que a aliança atlântica continua a ser necessária, considerando que é crucial para segurança da esfera euro-atlântica.

Palavras-chave: Rússia, Ucrânia, NATO, Segurança, UE

1. Introdução

O presente artigo irá incidir sobre uma análise geopolítica ao papel da NATO no conflito da Ucrânia. A pergunta de partida será analisar qual a implicação geopolítica da Ucrânia se tornar membro da NATO. O objetivo geral é compreender o papel da NATO na região e no conflito. Os objetivos específicos são compreender as relações entre a Rússia e a Ucrânia. Esta análise será feita numa lente realista, sendo que a metodologia será qualitativa. Após uma breve revisão da literatura, o artigo será composto por uma breve descrição dos antecedentes da invasão e um capítulo referente à própria invasão e às consequências geopolíticas que teve para a NATO e para a Rússia.

Passando então para a revisão da literatura, é necessário compreender as relações da Ucrânia com a Federação Russa e com atores ocidentais como a NATO, UE e os Estados Unidos. Face à sua posição geográfica, a Ucrânia encontra-se entre os interesses do bloco ocidental, liderado pelos EUA e o bloco euroasiático, liderado pela Rússia. Brzezinski (1997) descreve a importância geopolítica da Ucrânia para Rússia, considerando a mesma como um Estado pivot (Brzezinski, 1997, p. 40), ou seja, de acordo com o autor, é impossível a

Rússia estabelecer a sua posição enquanto “Império Euroasiático” (Brzezinski, 1997, p. 45) caso a Ucrânia se torne completamente independente da esfera russa, caso contrário levaria a uma maior união do leste europeu com a Europa ocidental.

Por outro lado, a Ucrânia, enquanto Estado soberano e independente, tem ambições em se tornar membro da União Europeia e membro da NATO. Rutland (2016) descreve as relações entre a Ucrânia e os vários intervenientes do conflito (Rutland, 2016, pp. 122-133). O autor analisa o papel dos Estados Unidos e da União Europeia na região, defendendo que apesar de grande parte da população ucraniana ter uma posição pró-ocidental, como se demonstrou na Revolução Laranja (Rutland, 2016, p. 124), estes dois atores subestimaram as fragilidades políticas internas da Ucrânia, que conjugado com as ambições geopolíticas da Rússia levaram a eclosão do conflito (Rutland, 2016, p. 131). O próximo capítulo analisará em maior detalhe os antecedentes da invasão.

2. Antecedentes da invasão

Para compreender as ações dos atores internacionais em apreço será importante analisar os antecedentes do conflito. Em 1991, após a dissolução da União Soviética, a Ucrânia tornou-se um Estado independente e como a maior parte dos Estados do anterior Bloco do Leste Europeu, houve uma aproximação ao ocidente. Contudo, as relações com a Rússia sempre tiveram impacto na forma como a Ucrânia decidia a sua política externa, havendo um ressentimento de Moscovo em relação à Kiev enquanto Estado soberano (Masters, 2022).

Em 1994, foi assinado o memorando de Budapeste que estabelecia que a Rússia, os Estados Unidos e o Reino Unido reconheciam a soberania e integridade territorial da Ucrânia e que Kiev em troca rescindia do seu armamento nuclear (Pifer, 2019). Contudo, durante estes 30 anos de independência, Moscovo acabou por quebrar este memorando, violando a integridade territorial da Ucrânia com anexação da península da Crimeia e subsequente invasão em larga escala em 2022, assunto que abordar-se-á nos próximos capítulos.

Regressando aos 90, ainda em 1994, a Ucrânia junta-se à programa “Parceria para a Paz” da NATO que consiste numa aliança bilateral entre outros Estados da esfera euro-atlântica com os Estados-Membros da NATO, havendo exercícios militares conjuntos (NATO, 2022). Ainda sobre esta organização, em 1997 foi assinado um documento

denominado *Charter on a distinctive partnership* (NATO, 2022) que criou a Comissão NATO-Ucrânia (NATO, 2022).

Em 1996, foi aprovada uma nova constituição e o Presidente Leonid Kuchma foi eleito dois anos antes, sendo que a sua presidência marcada por uma aproximação ao ocidente, não só pelos diálogos com a NATO, como também com a própria União Europeia (UE), por via do acordo bilateral de parceria e cooperação (Comissão Europeia, 1994). Ao mesmo tempo, a Ucrânia foi também membro fundador da Comunidade de Estados Independentes (CEI) em 1991 (Rutland, 2016), pouco depois de se ter tornado um Estado independente, tendo saído desta organização aquando da anexação da Crimeia em 2014.

Mais tarde, a década de 2000 é marcada por alguma turbulência política e socioeconómica, bem como se assiste à degradação entre as relações com a Rússia. Ainda na Presidência de Kuchma, houve dois grandes acontecimentos que levaram à Revolução Laranja de 2004: o assassinato do jornalista Heorhiy Gongadze, que investigava os casos de corrupção da administração de Kuchma, a falha em reformar o setor energético (Council on Foreign Relations, 2022).

A Revolução Laranja surgiu no advento de uma potencial vitória de um candidato alinhado com os interesses da Rússia, Viktor Yanukovych, acusado de defraudar as eleições (Rutland, 2016, p. 124), sendo que a revolução leva a que se tenha realizado novas eleições, na qual o candidato alinhado com o ocidente, Viktor Yushchenko vence em 2005 e permanece no poder até 2010. Tal levou a uma fratura nas relações com a Rússia cujas consequências foram o corte no gás pela Gazprom, empresa estatal detida pela Moscovo, o que criou um problema considerando que 80% das exportações de gás para Europa eram feitas pela Ucrânia (Council on Foreign Relations, 2022).

Consequentemente, em 2008, na cimeira NATO em Bucareste, Putin opõem-se a que a Geórgia e a Ucrânia beneficiem de planos de adesão à organização, bem como alguns meses mais tarde invade a Geórgia, ocupando a Abkhazia e a Ossétia do Sul (De Grossouvre & Gourdon, 2008, p. 88-89). Em contrapartida, a Ucrânia e a UE iniciam discussões bilaterais sobre uma possível adesão de Kiev à organização (Council on Foreign Relations, 2022).

Dois anos depois, Yanukovych é eleito presidente, havendo uma reaproximação com Moscovo, como por exemplo, a não assinatura do acordo de associação na cimeira UE-Ucrânia em detrimento da potencial adesão à União Aduaneira da Eurásia (Council on

Foreign Relations, 2022). Tal ação leva aos protestos *euromaidan* que levam à Revolução da Dignidade, que depõe Yanukovich em 2014 (Diuk, 2014, pp. 9-16). Petro Poroshenko é mais tarde eleito como Presidente até 2019.

Como reação, a Rússia anexa a península da Crimeia, e conseqüentemente começa o conflito separatista no Donbass, que leva aos movimentos separatistas em Donetsk e Lugansk (Jensen, 2017, p.3). Os acordos de Minsk, assinados em 2014 e 2015, respetivamente, cujos objetivos eram o cessar-fogo imediato e a garantia de alguma autonomia governamental às regiões em apreço (Allan, 2020, p.2). O cessar-fogo não acontece em pleno, continuando a haver conflitos nas repúblicas separatistas (Galeotti, 2016, pp. 154-155).

Em 2019, Volodymyr Zelensky é eleito presidente, continuando com a política externa alinhada com os interesses ocidentais. Por exemplo, em 2020, aprovou uma Nova Estratégia de Segurança Nacional, cujos objetivos eram estreitar as relações com a NATO com a finalidade de aderir à mesma (NATO, 2022). Em troca, a NATO reforço o seu apoio de *capacity building* e *capability development* a Kiev, condenando a ocupação da Crimeia e das repúblicas separatistas de Donetsk e Lugansk e estabelecendo presença no Mar Negro (NATO, 2022).

Face a esta maior aproximação da Ucrânia à NATO, a Rússia aumentou as suas capacidades militares na região, o que leva em que em fevereiro de 2022, a Ucrânia seja invadida pela Federação Russa (Council on Foreign Relations, 2022).

3. A invasão da Ucrânia e as suas conseqüências para a NATO

Esta invasão teve conseqüências geopolíticas, estando o presente capítulo dividido entre as implicações desta para a Rússia, para a Ucrânia e para a NATO. Começando pela Rússia, a mesma foi severamente sancionada por vários Estados e organizações internacionais do ocidente, incluindo a União Europeia, o que teve impactos na política doméstica. Apesar de a invasão ter sido condenada internacionalmente, é importante explicar o que motivou a Rússia a tomar tal decisão.

Primeiramente, a expansão da NATO para os países de leste desencadeou uma postura defensiva por parte da Rússia (Mearsheimer, 2014, pp. 74-80), baseada no facto de que a política externa de Moscovo sob Vladimir Putin consistiu em restaurar a sua esfera de influência, ou seja, a política do "estrangeiro próximo". Ou seja, a Rússia viu como

ameaça direta à sua segurança, a expansão da NATO (e da UE) para os países próximos da sua fronteira, em especial, a Ucrânia e a Geórgia (Mearsheimer, 2014, p. 80). Halford J. Mackinder, na artigo *The Round World and the Winning of the Peace*, continua a sua teoria da área pivot, ou seja, o Heartland, que corresponde a região da Eurásia, é uma zona que detém vários recursos estratégicos (Mackinder, 1943, p.600), bem como potencia o poder terrestre e marítimo, logo, para a Rússia, é importante o controlo desses recursos, nomeadamente energéticos (Bianco, 2022), bem como o controlo do acesso ao mar, como se verificou com a anexação da Crimeia e a presença no Ártico (Rumer et al., 2021, pp. 4-7).

Por outro lado, o papel da NATO neste conflito é crucial. A NATO surgiu como organização internacional de defesa da esfera euro-atlântica, sendo que a expansão para o leste teve como objetivo não só garantir a segurança desses Estados como também expandir a sua esfera de influência (Fix & Keil, 2022). Por exemplo, desde o início da invasão que a NATO reforçou o flanco de leste (Fix & Keil, 2022), bem como recentemente a Suécia e Finlândia submeteram os seus pedidos de adesão à organização após várias décadas de não alinhamento (NATO, 2022).

Relativamente a uma potencial adesão da Ucrânia à NATO, mesmo que seja do interesse da sociedade civil e política ucraniana entrar nesta organização, tal não será possível num futuro próximo não só devido à instabilidade interna causada pelo conflito como também a presença da NATO em território ucraniano pressupunha um confronto direto da organização com o Kremlin (Rizvi, 2018). Contudo, não significa que a NATO não deva prestar assistência ao Estado ucraniano (NATO, 2022).

A NATO condena abertamente a invasão e apesar desta alteração de conjuntura ter sido em parte causada pelos avanços a leste levados a cabo pela organização, a política externa imperialista de Moscovo levou a que o propósito de defesa no continente europeu (Fix & Keil, 2022, p. 4), se reerguesse, ou seja, tanto a NATO, como a UE e os Estados europeus enquanto entidades soberanas, perceberam que existe uma necessidade em salvaguardar a paz e segurança na Europa (Fix & Keil, 2022, pp. 7-10), de forma a prevenir uma escalada do conflito como também em conter a expansão do Kremlin para ocidente.

As consequências socioeconómicas da guerra já se verificam, por via dos preços da energia, distribuição e preços de alimentos e também por via de migrações, logo, existe uma necessidade em terminar o conflito mais o mais breve possível. A NATO não irá

resolver estes problemas, todavia, caso haja o fortalecimento da organização, a mesma tem o poder de criar alguma estabilidade securitária (Fix & Keil, 2022, p. 10) de forma a prevenir que haja um maior alastramento do conflito.

4. Considerações Finais

As implicações geopolíticas de uma potencial adesão da Ucrânia à NATO são grandes considerando que face à atual conjuntura, sendo que a Rússia continuará como uma política externa de hostilidade face ao ocidente. Considerando que a Península da Crimeia e as regiões de Donetsk e Lugansk estão ocupadas por militares russos, tal gera um problema securitário, pois, caso a NATO interviesse de forma direta na Ucrânia, Moscovo iria ver tal como uma ameaça direta às suas ambições.

Contudo, a Ucrânia tem ambições em fazer parte desta organização, iniciativa apoiada por grande parte da sociedade política e civil. Logo, a NATO deve continuar a prestar auxílio à Ucrânia. A invasão também mostrou que aliança atlântica continua a ser necessária para salvaguardar a segurança do continente europeu face à Federação Russa.

Referências Bibliográficas

Artigos

Allan, D. (2020). The Minsk Conundrum: Western Policy and Russia's War in Eastern Ukraine. *Chatham House*. <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/2020-05-22-minsk-conundrum-allan.pdf>

Bianco, C. (2022). Balance of power: Gulf states, Russia, and European energy security. *European Council on Foreign Relations (ECFR)*. Disponível em: <https://ecfr.eu/article/balance-of-power-gulf-states-russia-and-european-energy-security/>

De Grossouvre, H., & de Gourdon, C. C. (2008). The Nato Summit In Bucharest: Origins And Consequences For Europe Of A Historic US Defeat. *World Affairs: The Journal of International Issues*, 12(3), 84–93. <https://www.jstor.org/stable/48505017>

Diuk, N. (2014). Euromaidan: Ukraine's Self-Organizing Revolution. *World Affairs*, 176(6), 9–16. <http://www.jstor.org/stable/43555086>

Fix, L., & Keil, S. (2022). NATO and Russia after the Invasion of Ukraine. German Marshall Fund of the United States (GMFUS). Disponível em: <https://www.gmfus.org/news/nato-and-russia-after-invasion-ukraine>

Jensen, D. N. (2017). Moscow in the Donbas: Command, Control, Crime and the Minsk Peace Process. *NATO Defense College*. <http://www.jstor.org/stable/resrep10291>

Mackinder, H. J. (1943). The Round World and the Winning of the Peace. *Foreign Affairs*, 21(4), 595–605. <https://doi.org/10.2307/20029780>

Masters, J. (2022). Ukraine: Conflict at the Crossroads of Europe and Russia. *Council on Foreign Relations*. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/ukraine-conflict-crossroads-europe-and-russia>

Mearsheimer, J. J. (2014). Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. *Foreign Affairs*, 93(5), 77–89. <http://www.jstor.org/stable/24483306>

Pifer, S. (2019). Why care about Ukraine and the Budapest Memorandum. *Brookings*. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/12/05/why-care-about-ukraine-and-the-budapest-memorandum/>

Rizvi, S. Q. A. (2018). Russia-Ukraine Row: NATO's Eastward Trajectory Is the Real Problem. *Geopolitical Monitor*. Disponível em: <https://www.geopoliticalmonitor.com/russia-ukraine-row-natos-eastward-trajectory-is-the-real-problem/>

Rumer, E., Sokolsky, R., & Stronski, P. (2021). Russia in the Arctic—A Critical Examination. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2021/03/29/russia-in-arctic-critical-examination-pub-84181>

Livros

Brzezinski, Z. (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. Basic Books.

Galeotti, M. (2016). 'Hybrid War' and 'Little Green Men': How It Works, and How It Doesn't. In A. Pikulicka-Wilczewska & R. Sakwa (Eds.), *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives* (2^a. ed., pp. 149–156). E-International Relations Publishing.

Rutland, P. (2016). An Unnecessary War: The Geopolitical Roots of the Ukraine Crisis. In A. Pikulicka-Wilczewska & R. Sakwa (Eds.), *Ukraine and Russia: People, Politics, Propaganda and Perspectives* (2ª. ed., pp. 122–133). E-International Relations Publishing.

Recursos Online

Comissão Europeia. (1994). *EU/Ukraine Partnership and Cooperation Agreement*. CORDIS - European Commission. Disponível em: <https://cordis.europa.eu/article/id/2672-euukraine-partnership-and-cooperation-agreement>

Council on Foreign Relations. (2022). *Ukraine's Struggle for Independence in Russia's Shadow 1991–2022*. Disponível em: <https://www.cfr.org/timeline/ukraines-struggle-independence-russias-shadow>

North Atlantic Treaty Organization (NATO). (2022). *Finland and Sweden submit applications to join NATO*. NATO. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_195468.htm

North Atlantic Treaty Organization (NATO). (2022). *Relations with Ukraine*. NATO. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_37750.htm

Nota de autor

SOFIA DEVESA é licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Atualmente é Mestranda em Relações Internacionais pela mesma instituição, e estagiária no Gabinete de Comunicação e Relações Internacionais da Universidade Aberta.

PRETENSÕES E
FRUSTAÇÕES:
UMA ANÁLISE
AO PASSADO
HISTÓRICO DAS
INTERAÇÕES
POLÍTICAS
ENTRE A
UCRÂNIA E A
RÚSSIA

MARGARIDA BRÁS TORRES

Instituto Superior de Ciências
Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa

Pretensões e Frustrações: uma análise ao passado histórico das interações políticas entre a Ucrânia e a Rússia

MARGARIDA BRÁS TORRES

Resumo

No artigo que se segue, será realizada uma análise aos mais recentes eventos em território europeu, eventos esses que vieram a alterar a dinâmica do atual Sistema Internacional, assim como agitar as bases do Direito Internacional, que se vêm frequentemente trespassadas. Com a atual conjuntura internacional que se impõe, revela ser de grande prioridade refletir sobre o passado histórico, ou melhor, sobre o tempo trívio da questão. Isto é, como as consequências do passado exercem influência no presente, assim como o presente tem o poder de definir o futuro. Neste contexto, a situação decorrente na Ucrânia detém a capacidade de apontar um possível surgimento de uma nova ordem internacional. A questão é se a mesma transpõe um obstáculo à Democracia, assim como à sua estabilidade a nível internacional.

Palavras-chave: Democracia, Ucrânia, Relações Internacionais, Rússia, Guerra Fria

1. Introdução

Os acontecimentos recentes que têm assolado a Europa estão sujeitos a diversas interpretações no âmbito das Relações Internacionais (RI). A guerra despoletada na Ucrânia é um desses acontecimentos, tendo sido, no entanto, já antecipada por diversos nomes reconhecidos no campo das RI, sendo alguns deles Henry Kissinger, John Mearsheimer ou Chomsky.

Esta guerra veio fragilizar as entidades democráticas no país, tal como tudo aquilo que foi conquistado, relativamente ao nível dos Direitos Humanos, sendo o território ucraniano, neste momento, palco de atrocidades como violações sexuais, tortura, força bruta e discriminação de género e racial, sendo claras infrações ao estabelecido na Carta das Nações Unidas. Perante este cenário, vemo-nos obrigados a questionar: estará a democracia a conhecer o fim do seu domínio na ordem internacional?

O que é certo é que o enfraquecimento da democracia não se pode considerar como algo recente, visto que cada vez mais se assiste ao ressurgimento de correntes

populistas e autoritárias e à sua implementação em regimes outrora democráticos, como se verificou na eleição vitoriosa da administração Trump nos Estados Unidos da América (EUA), em 2016, a título de exemplo, ou até na grande expressão eleitoral que o partido ultraconservador de Marine Le Pen, o *Rassemblement National*, obteve nas mais recentes eleições francesas.

Já a situação na Ucrânia foi desencadeada pelo antigo desejo de Vladimir Putin, atual presidente russo, de reunir aquilo que outrora se perdeu, a glória da velha União Soviética. Face a este desejo, encontrou na ofensiva militar massiva em território ucraniano a solução para este desejo, que perdura desde o fim da Guerra Fria, aumentando com a consequente expansão do poder da NATO na Europa de Leste, interferindo na área de influência soviética, trazendo descontentamento e apreensão a Moscovo. De facto, a Ucrânia, que faz fronteira com a Rússia, tem, desde 2008, um compromisso com a NATO para uma possível adesão, o que fez tocar os alarmes russos, reconhecendo aí uma oportunidade desta instituição internacional atacar os valores soviéticos e de implementar o pensamento ocidental, ao manipular a população e virando-a contra Putin, isolando-o do exterior e despindo-o do seu poder e tal não pode acontecer, segundo a perspetiva do mesmo (SIC Notícias, 2022).

2. O advento da Democracia numa Ordem Internacional dividida

Os eventos que tomaram lugar no decorrer da Segunda Guerra Mundial vieram realçar a importância da existência de um Estado que salvaguardasse os interesses e a segurança da sua população, tal como advogasse o bem-estar e a manutenção dos direitos da mesma. Teria de ser um Estado que pugnasse pela democracia, que estivesse isento de autoritarismo e arbitrariedade, de modo que a paz na ordem internacional se pudesse concretizar, e a maneira mais viável disso acontecer seria através do estabelecimento da democracia que se expandisse a todo o Sistema Internacional (SI).

No entanto, quais são as premissas necessárias para que exista democracia? Esta questão é alvo de várias tentativas de definição por diversos autores das RI, destacando-se, contudo, a definição da mesma por parte de David Beetham: "However, democracy also has a specific focus - that of decision-making about the rules and policies for any group, association or society as a whole - and a distinctive conception of citizens, not only as the

bearers of rights and responsibilities, but as active participants in the collective decisions and policies which affect their lives” (Beetham et al., 1998, p.33).

Neste sentido, é imperativo referir, no âmbito do campo da teoria das Relações Internacionais, o surgimento do conceito de paz democrática, popularizada nos anos 80 por Michael Doyle que se inspirara em Kant e na sua obra *A Paz Perpétua: Um Esboço Filosófico* (Kant, 1795). Sucintamente, esta teoria trata de explicar as relações entre dois Estados democráticos e a improbabilidade de ambos ingressarem numa guerra ou em qualquer tipo de atividade que inclua qualquer recurso à violência. Esta ideia, para além de se impregnar a nível político, também se estende à dimensão psicológica dos líderes governamentais, na medida em que se torna mais fácil o diálogo com líderes de Estados democráticos, contrastando com líderes autoritários, em que a linha que separa o diálogo de uma atitude ofensiva é ténue, o que acaba por revelar instabilidade e imprevisibilidade aquando da análise das ações destes líderes (Doyle, 1997).

Perante este panorama, e tendo em conta, simultaneamente o período em que estas teorias surgem, num período pós Segunda Guerra Mundial e em que se vivia a dinâmica bipolar da Guerra Fria, entende-se a razão destes conceitos despertarem um maior interesse em regiões onde a liberdade em democracia era um desejo de longa data. O Movimento dos Não Alinhados, a título de exemplo, tornou-se, neste contexto, uma mensagem de esperança aos povos que ainda se encontravam sob o jugo de regimes autoritários, sendo que os mesmos começaram a cair e começaram-se a implantar governos com suposta bandeira demoliberal.

3. Uma democracia pouco democrática

Adotando o exemplo da Ucrânia como presente objeto de estudo, aquando da queda do Muro de Berlim, este país, sendo apenas um inserido num conjunto de países mais avultado que se encontravam sob o jugo russo até então, seria de esperar que adotasse uma nova forma de governo que se apresentasse mais democrática. Esta possível democratização de regime iria ajustar-se, assim, ao novo padrão democrata-liberal que se instalava na nova ordem internacional pós-Guerra Fria, afastando-se das intenções autocráticas soviéticas. Já Francis Fukuyama assim o teorizava, ou seja, que após a ascensão e do domínio transitório de regimes autocráticos, os mesmos iriam submeter-se à vitória da democracia liberal alinhada com a perspetiva ocidental, que se iria expandir pelo mundo, pelo menos

no campo ideológico, pelo que o domínio do liberalismo no mundo material ainda estaria por vir: "(...) that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government. (...) for the victory of liberalism has occurred primarily in the realm of ideas or consciousness and is as yet incomplete in the real or material world. But there are powerful reasons for believing that it is the ideal that will govern the material world in the long run" (Fukuyama, 1989, p.1).

Perante este panorama, o desejo da Ucrânia em tornar-se num Estado de Direito Democrático encontrava todas as condições para ser um desejo legítimo e concebível. Verificou-se que este desejo de democracia nunca chegou a ser realizado. A verdade é que a Rússia nunca aceitou o facto da possibilidade de perder a Ucrânia (país com grande abundância de recursos e importância cultural) com o fim da Guerra Fria e deixar a mesma numa posição vulnerável, facilitando a sua entrada no campo de influência Ocidental, o que o mesmo é dizer, impedir que a Ucrânia caia nas garras dos EUA.

Para que não acontecesse, Moscovo nunca libertou verdadeiramente a Ucrânia para que esta pudesse constituir autonomamente o seu próprio governo ou estabelecer qualquer tipo de regime independente da vontade soviética. Apesar de não demonstrar diretamente a sua presença nas tomadas de decisões ucranianas, a Rússia sempre interferiu nas mesmas, sempre escondida nas sombras de uma democracia pouco democrática, isto porque lhe faltam as características essenciais a qualquer regime democrático, características essas que já se encontram supramencionadas.

4. Uma teimosia que lançou o caos no Sistema Internacional

A atitude que apenas transpira teimosia e nostalgia de uma glória passada que não tem já lugar no presente por parte da Rússia perturbou (com grande sucesso) a ordem do atual SI, ao ponto de causar o primeiro grande conflito no continente europeu desde a Segunda Grande Guerra.

A tensão que se acumulou na ordem internacional estabeleceu-se aquando da anexação russa da Crimeia, região que até então pertencia à Ucrânia, em 2014. Para além de ser um atentado ao Direito Internacional, esta ação conseguiu levantar as animosidades entre a Rússia, EUA e Reino Unido, algo que não acontecia desde o término da Guerra Fria. Para além deste evento, a Rússia optou por dar apoio às regiões separatistas de Donetsk e

Lugansk (que juntas são mais conhecidas como Donbass), um duro golpe na soberania e integralidade do território ucraniano, seguindo-se a mais recente invasão direta à Ucrânia, em fevereiro do presente ano, resultando num conflito armado de várias frentes (sendo umas mais diretas que outras), cujo fim ainda permanece desconhecido (SIC Notícias, 2022).

Neste contexto, surgiram diversas interpretações quanto à atual guerra na Ucrânia, sendo uma delas sobre a forma como esta podia ter sido evitada, isto se o Ocidente não tivesse sido tão rápido em descartar a posição soviética na nova ordem internacional pós-Guerra Fria, relegando os interesses da ex-União Soviética para segundo plano, o que não foi a melhor atitude que, e especialmente, os EUA tomaram enquanto potência vencedora da Guerra Fria. A exclusão de que a Rússia foi alvo no dealbar da nova ordem internacional por parte dos restantes Estados foi alimentando o descontentamento russo, sendo subestimada inúmeras vezes, até que não o conseguiu esconder mais.

Aliás, Chomsky, reconhecida personalidade das RI, refere esta posição na sua entrevista à *Global Policy Journal*, afirmando o seguinte: «High administration officials don't just concede that "prior to the Russian invasion of Ukraine, the United States made no effort to address one of Vladimir Putin's most often stated top security concerns — the possibility of Ukraine's membership into NATO." They praise themselves for having taken this position, which may well have been a factor in impelling Putin to criminal aggression» (Chomsky, 2022).

Já Henry Kissinger acredita que a situação ucraniana é colocada como um problema entre o Leste e o Ocidente, na medida em que há uma disputa em relação ao lado a que a Ucrânia se deve juntar. Kissinger admite que a melhor solução para a sobrevivência e desenvolvimento ucranianos seria formar uma espécie de ponte entre estes dois lados, de modo a formar um entendimento isento de preconceito e animosidade "Far too often the Ukrainian issue is posed as a showdown: whether Ukraine joins the East or the West. But if Ukraine is to survive and thrive, it must not be either side's outpost against the other — it should function as a bridge between them" (Kissinger, 2014).

5. Expetativas um pouco aquém do esperado

Retira-se daquilo que foi aqui escrito que o buslís da questão é analisar o passado histórico que une as nações russa e ucraniana, uma vez que o mesmo se encontra

inevitavelmente interligado, e não tomar uma posição precipitada consoante qualquer inclinação política. É essencial adotar uma perspectiva imparcial e diplomática se o intuito é tentar entender a dinâmica das relações internacionais, pois o próprio SI está envolto numa rede de conexões e interdependências, sendo a sua sobrevivência apenas possível se a diplomacia se tornar na palavra de ordem.

É igualmente fulcral reavaliar o poder de instituições como a Organização das Nações Unidas ou até a União Europeia, cujos papéis na redação de uma resolução eficaz relativamente à guerra na Ucrânia ficou muito aquém do esperado, corrompendo, naturalmente, a reputação e o passado de tais instituições, tal como a segurança que as mesmas são obrigadas a transparecer numa ordem internacional onde o perigo está mesmo ao virar da esquina, à espera de enviar a Democracia e o Estado de Direito para o obscurantismo político uma vez mais.

Referências Bibliográficas

Beetham, D., et al. (1998). *Democracy: Key Principles, Institutions and Problems*. In *Democracy: Its Principles and Achievement* (pp. 33–41). Inter-Parliamentary Union. Retirado de: http://archive.ipu.org/pdf/publications/democracy_pr_e.pdf.

Chotiner, I. & Mearsheimer, J. J. (2022, March). Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine. *The New Yorker*. *The New Yorker*. Retirado de: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>

Doyle, Michael W. (1997). *Ways of War and Peace: Realism, Liberalism, and Socialism*. W Norton & Company.

Dyachenko, I. (2016). *O processo de consolidação democrática na Ucrânia: O papel da União Europeia* (dissertation). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Retirado de: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/32773/1/disserta%C3%A7%C3%A3o_Iryna_Dyachenko_2016.pdf

European Commission. (2022). *Sanctions adopted following Russia's military aggression against Ukraine*. https://finance.ec.europa.eu/eu-and-world/sanctions-restrictive-measures/sanctions-adopted-following-russias-military-aggression-against-ukraine_en

Fukuyama, F. (1989). The End of History? *The National Interest*, *JSTOR*, 16, 3–18.
<http://www.jstor.org/stable/24027184>

Kissinger, H. A. (2014). *How the ukraine crisis ends*. The Washington Post. Retrieved from
https://www.washingtonpost.com/opinions/henry-kissinger-to-settle-the-ukraine-crisis-start-at-the-end/2014/03/05/46dad868-a496-11e3-8466-d34c451760b9_story.html

Polychroniou, C. J. (2022, April). *Chomsky: Our Priority on Ukraine Should Be Saving Lives, Not Punishing Russia*. Truthout. Retirado de: <https://truthout.org/articles/chomsky-our-priority-on-ukraine-should-be-saving-lives-not-punishing-russia/>.

Nota de autor

MARGARIDA BRÁS TORRES é estudante de Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Tem interesse pelas áreas de Estratégia, Segurança e Jornalismo, o que a conduziu à participação na revista do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais (NERI) do ISCSP - "PACTA" - onde pôde desenvolver as suas capacidades de escrita e de pensamento crítico, presentes em cada artigo que redigiu, alterando, profundamente, a sua perspetiva sobre os eventos que ocorrem tanto no mundo, como na nossa vida quotidiana.

A GUERRA EM
DONBASS: DOS
ACORDOS DE
MINSK À
RESOLUÇÃO DA
DUMA PARA A
INDEPENDÊNCIA
DA RPD E DA RPL

HUGO NEVES

Instituto Superior de Ciências
Sociais e Políticas da
Universidade de Lisboa

A Guerra em Donbass: dos Acordos de Minsk à Resolução da Duma para a Independência da RPD e da RPL

HUGO NEVES

Resumo

Como análise dos acontecimentos posteriores à Revolução de Maidan (2014-2022), este artigo propõe uma breve revisão das tentativas de resolução da guerra em Donbass através da lente diplomática dos Acordos de Minsk. Geralmente marcados pelo seu insucesso, a interpretação divergente entre os agentes signatários destes documentos é essencial para um melhor entendimento da resolução da câmara baixa da Assembleia Federal da Federação Russa, a Duma, para o pedido de reconhecimento das regiões separatistas de Donetsk e Lugansk a Putin e a subsequente invasão à Ucrânia de 2022. O artigo propõe assim uma abordagem diplomática à resolução da guerra Russo-Ucraniana, que está no âmago das disputas no “grande tabuleiro geopolítico” entre o Ocidente e o Oriente.

Palavras-chaves: Guerra em Donbass, Acordos de Minsk, Ucrânia, Rússia

1. Introdução

A invasão do território soberano da Ucrânia pela Federação da Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, fraturou irreversivelmente tanto a intrincada e volátil relação bilateral Ucrânia-Rússia como a estabilidade da ordem internacional. Esta decisão de Vladimir Putin deveu-se não só ao rumo histórico da conturbada relação Ucrânia-Rússia desde a Declaração da Soberania Estatal da Ucrânia de 1990 como também às consequências catalisadoras da Revolução de Maidan de 2014 na política interna ucraniana, à qual se seguiu a anexação russa do território da Crimeia, o eclodir do conflito de Donbass e a aceleração da progressiva aproximação da Ucrânia à OTAN e à União Europeia.

Desde o início das hostilidades em Donbass, em Abril de 2014, houve “cinco marcos que se destacaram como particularmente relevantes para análises retrospectivas do processo de negociação” (Åtland, 2020): (1) a “Declaração Conjunta” assinada em Genebra, no mesmo mês; (2) o Plano de Paz de Poroshenko, de Junho de 2014; (3) Minsk I,

de Setembro de 2014; (4) Minsk II, de Fevereiro de 2015; e (5) a “Fórmula Steinmeier”, de Outubro de 2015, formalmente aceite pelas partes contratantes, em Outubro de 2019.

2. Acordos de Minsk

Os acordos de Minsk foram formulados e assinados pelo Grupo de Contacto Trilateral (GCT) sobre a Ucrânia, composto por representantes da Ucrânia, da Rússia, da República Popular de Donetsk (RPD), da República Popular de Lugansk (RPL), da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) no âmbito do Formato de Normandia, que “foi proposto às margens do 70º aniversário do Dia D” como uma “plataforma diplomática de alto nível entre França, Alemanha, Rússia e Ucrânia” (Klijn, 2022). Após Minsk I se revelar em grande parte infrutífero e perante a batalha por uma cidade de grande importância logística – Debaltseve (Rácz e Saari, 2015) –, negociações de emergência intermediadas por Angela Merkel e François Hollande resultariam no Minsk II, prevendo a implementação de 13 pontos (United Nations Peacemaker, 2015) no sentido de reforçar o primeiro acordo:

1. A implementação de um cessar-fogo total e imediato.
2. Retiro das armas pesadas de ambas as partes e a criação de uma zona tampão de segurança de 50kms.
3. Monitorização dos pontos 1 e 2 por parte da OSCE.
4. Garantir a realização antecipada de eleições locais, de acordo com a “lei sobre o estatuto especial”.
5. Uma lei de amnistia para a prevenção do julgamento e punição de pessoas implicadas no conflito, exceto em casos de crimes graves.
6. A libertação imediata de todos os reféns e de todas as pessoas detidas ilegalmente.
7. A implementação de medidas de auxílio à situação humanitária na região de Donbass por um mecanismo internacional.
8. A restauração de modalidades económicas e sociais ucranianas em Donbass, com supervisão de um mecanismo internacional.
9. A restauração do controlo da fronteira por parte das autoridades ucranianas, na condição do cumprimento do ponto 11.
10. Retirada de grupos armados ilegais, equipamento militar e mercenários do território de Donbass, sob supervisão da OSCE.

11. Reforma constitucional da Ucrânia para a descentralização de poder e a aprovação de uma legislação permanente para o estatuto especial de alguns distritos de Lugansk e Donetsk.

12. Seguindo a “lei sobre o estatuto especial” de Lugansk e Donetsk, as dúvidas e desacordos sobre o seu texto são discutidas entre os representantes de cada distrito destas regiões e o GCT.

13. Intensificação do trabalho do GCT, incluindo o estabelecimento de vários grupos de trabalho para a implementação dos acordos de Minsk.

Estes acordos resultaram numa redução significativa dos confrontos militares (arts. 1º e 3º) e garantiram a troca de centenas de prisioneiros (arts. 5º e 6º). Porém, a sua implementação foi limitada (Center for Civil Liberties, 2019), principalmente devido a desentendimentos sobre a sequenciação do cumprimento dos seus artigos

3. Principais obstáculos

A principal dificuldade na implementação de Minsk II prendeu-se com perspectivas inconciliáveis entre a Ucrânia e a Rússia – enquanto a primeira interpreta a guerra de Donbass como um “conflito interestatal e como uma ocupação estrangeira”, a segunda “sempre tentou enquadrar a guerra como um conflito intraestatal”. Desta forma, “a natureza complexa do conflito e as visões amplamente divergentes das partes contratantes sobre como deve ser um acordo de paz estão refletidas de muitas maneiras nos termos, condições e redação do acordo de Minsk II” (Åtland, 2020).

Em acréscimo, a interpretação da Ucrânia “coloca o restabelecimento do controle no Leste antes de um acordo político” (art. 9º), reintegrando Donbass “de acordo com o programa nacional de descentralização” e “subordinado novamente às autoridades em Kiev” (art. 8º e 11º); já para Moscovo, tinha de haver primeiro eleições locais (art. 4º) e um acordo político (art. 11º) que incluía o poder de veto dos separatistas sobre as políticas do governo federal ucraniano antes de Kiev poder restabelecer o controlo da fronteira (art. 9º) (Allan, 2020).

3.1. Artigo 4º:

Em 2014, o desacordo relativamente às eleições locais já era evidente, quando o então presidente da OSCE, Didier Burkhalter, afirmou que as eleições gerais realizadas em 2 de novembro pela RPD e pela RPL foram "contra a letra e o espírito do Protocolo de Minsk" (Kyivpost, 2014); enquanto Sergey Lavrov assegurou que as eleições "respeitavam a vontade dos moradores do Sudeste" (Herszenhorn e Roth, 2014). Posteriormente, novas eleições foram sucessivamente adiadas (Anexo 1) até se realizarem, em desacordo com Minsk II e sem supervisão internacional, em 2018.

Como solução, o Plano Morel de 2015 propôs que a realização de eleições em Donbass de acordo com legislação acordada entre as autoridades de Kiev, a RPD e a RPL, enquanto a Ucrânia adotaria provisoriamente uma lei de estatuto especial, que se tornaria permanente assim que a OSCE/ODIHR confirmasse as eleições como livres e justas (Allan, 2020). A proposta nunca publicada teve a oposição de Petro Poroshenko, a qual denominou como "opinião pessoal de Morel", acusando a Rússia de incumprimento dos arts. 9º e 10º de Minsk II.

A Fórmula Steinmeier, outra proposta, também previa a introdução de uma lei de estatuto especial no mesmo dia de realização das eleições locais em Donbass. Apesar de Vladimir Zelensky ter assinado a sua primeira versão escrita, a oposição política interna forçou-o a recuar e a assegurar publicamente que não concordava com as eleições em Donbass enquanto tropas russas ocupassem o território (Allan, 2020).

3.2. Artigo 11º:

Em Março de 2015, após a aprovação da lei sobre o estatuto especial de Donbass pelo parlamento unicameral ucraniano, a Rada, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia identificou "termos adicionais nunca discutidos anteriormente" na lei e acusou Poroshenko de "ignorar totalmente as disposições de Minsk" que previam o diálogo com os separatistas sobre "um entendimento para as eleições locais e o estatuto futuro das regiões", opinião coincidente com a do líder da RPD, Denis Pushilin (BBC, 2015). Em 2019 a lei seria prolongada pela Rada, mas em 2022, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, salientaria que "nenhuma das regiões da Ucrânia terá o direito de vetar as decisões do Estado" e que, "portanto, nenhum estatuto especial como a Rússia o considera, nenhum direito de veto será dado" (Duz, 2022).

Quanto à descentralização, Poroshenko colocou na Rada um projeto de lei que alteraria a constituição, em agosto de 2015. Seguiram-se protestos em Kiev que levaram à morte de quatro policiais e a desintegração da coligação no governo, quando o Partido Radical se retirou em protesto de uma segunda votação do projeto e o então vice-primeiro-ministro de Ucrânia apresentou a sua renúncia (Foxhall, 2015). O seu sucessor, Zelensky, que colocou o fim da guerra no centro de sua campanha eleitoral em 2019, propôs emendas constitucionais sobre as quais o representante da RPL para o GCT, Rodion Miroshnik, opinou: "têm pouco a ver com a descentralização que Kiev foi obrigada a implementar de acordo com os Acordos de Minsk", visando, ao invés, "estabelecer uma estrutura de comando presidencial de cima para baixo com o aumento da sua influência sobre o autogoverno local" (TASS, 2019).

3.3. Artigos 9º e 10º:

Outro grande foco de desacordo prendeu-se com a presença ou não de tropas e armamento russo no território sobre o controlo dos separatistas. A aprovação do projeto de lei para a descentralização tinha para Poroshenko como condição a Rússia primeiro "cumprir uma série de condições, incluindo a retirada das tropas russas" da Ucrânia (Bentzen, 2016). Consequentemente, a continua negação da Rússia sobre a presença de tropas na Ucrânia foi, desde logo, um entrave à implementação de Minsk II.

3.4. Reconhecimento dos separatistas

Zelensky afirmou, em abril de 2021: "Existem duas opções: podemos alterar o formato Minsk, ajustá-lo. Ou podemos usar algum outro formato", pretendendo que o Formato de Normandia fosse expandido para os EUA, Reino Unido e Canadá. Quanto ao diálogo com os representantes dos territórios separatistas, não tinha "intenção de falar com terroristas", justificando: "é simplesmente impossível para mim na minha posição" (President of Ukraine, 2021). Em 2022, Emmanuel Macron e Olaf Scholz tentaram convencer Zelensky a iniciar um diálogo com os separatistas e conceder-lhes autonomia, mas este recusou (Kyiv Independent, 2022).

4. Do fracasso dos acordos à Resolução da Duma

Em 15 de Fevereiro de 2022, a Duma aprovou uma resolução proposta pelo Partido Comunista da Federação Russa (KPRF) para encaminhar ao presidente da Rússia, visando o reconhecimento da independência da RPD e da RPL. A decisão foi apoiada por 351 deputados, com 16 votos contra e uma abstenção. O presidente da Duma, Vyacheslav Volodin, justificou: "Kiev não está a cumprir os Acordos de Minsk. Os nossos cidadãos e compatriotas que vivem em Donbass precisam de assistência e apoio" e "o reconhecimento da RPD e da RPL criará garantias de segurança e proteção dos residentes das repúblicas contra ameaças externas" (State of Duma, 2022). Para Volodin, "pelo que ele diz, Zelensky recusa-se efetivamente a cumprir os acordos de Minsk", porque este "disse que não manterá diálogo com as RPD e RPL." (Interfax, 2022)

O objetivo desta resolução seria "criar um quadro legal de relações interestaduais para prever a regulamentação de todos os aspetos de cooperação e assistência mútua, incluindo questões de segurança", uma vez que segundo Volodin "os tiroteios continuam, as pessoas estão a morrer". A Duma considerou também os 8 anos de conflito, nos quais "milhões de pessoas se tornaram refugiados", "as autoridades ucranianas deixaram de pagar pensões e benefícios sociais e impuseram um bloqueio económico completo à população e empresas das duas repúblicas" (Euronews, 2022), "o desejo de falar e escrever em russo" e a "liberdade de religião" (State of Duma, 2022).

Após a decisão da Duma, que para Scholtz significou uma "catástrofe política" (Politico, 2022), a situação em Donbass agravou-se: em 18 de Fevereiro, a OSCE alertou para um "aumento dramático na atividade cinética ao longo da linha de contato no Leste da Ucrânia" (OSCE, 2022) (Anexo 2) e em 21 de Fevereiro, Moscovo acusou Kiev de lançar um projétil para território russo, o que foi prontamente negado pelas autoridades ucranianas. No mesmo dia, Putin aceitou a proposta da Duma para o reconhecimento da independência das regiões separatistas e, no dia seguinte, acusou Kiev de "matar os Acordos de Minsk" muito antes do reconhecimento da RPD e da RPL (Teslova, 2022).

5. Considerações Finais

Durante as negociações para Minsk II, Hollande afirmou: "Se não conseguirmos encontrar não apenas um compromisso, mas um acordo de paz duradouro, sabemos perfeitamente qual será o cenário. Tem um nome, chama-se guerra" (France 24, 2015). Nesse sentido,

mesmo perante uma invasão unilateral de um país soberano, a solução para o presente conflito russo-ucraniano deve sempre passar pelo domínio diplomático. O agravamento da guerra, resulte ou não numa derrota da Rússia, terá certamente repercussões extremamente danosas no futuro das relações entre as populações da Ucrânia e da Rússia, como indicam as eleições legislativas e presidenciais realizadas na Ucrânia entre 2002 e 2019 – refletiram sempre uma clara oposição política entre a integração europeia e/ou nacionalismo a Oeste e uma ligação política mais profunda à Rússia a Leste (Anexos 3 a 6) –, pelo que os conflitos políticos e militares só podem ser resolvidos através do diálogo para melhor refletir a vontade geral da sua população e garantir uma paz duradoura.

A guerra no Donbass matou cerca de 14.400 pessoas até janeiro de 2022, embora o número de mortes entre civis tenha reduzido drasticamente após os Acordos de Minsk (United Nations Human Rights Office, 2022). Desde a invasão da Rússia à Ucrânia, em fevereiro de 2022, o total de mortes no conflito ainda é uma incógnita, mas as perdas entre os civis ucranianos são significativas. Ao mesmo tempo, a constante transferência de armas para a Ucrânia poderá agravar e prolongar o conflito em vez de o terminar. Portanto, tendo em conta os fatores mencionados neste artigo, por mais difíceis que sejam as negociações, a complexidade da configuração social e política da Ucrânia e a necessidade de evitar o agravamento do sofrimento da população ucraniana urge mais negociações e novos acordos.

Referências Bibliográficas

Alan, Duncan (2020). The Minsk Conundrum: Western Policy and Russia's War in Eastern Ukraine. *Chatham House*. <https://www.chathamhouse.org/2020/05/minsk-conundrum-western-policy-and-russias-war-eastern-ukraine-0/minsk-2-agreement>

Åtland, Kristian (2020). Destined for Deadlock? Russia, Ukraine, and the Unfulfilled Minsk Agreements. *Post-Soviet Affairs*, Volume 36 - Issue 2. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1060586X.2020.1720443>

BBC (2015). Ukraine Crisis: Rebel 'Status' Row Threatens Truce Deal. 18 de Março, 2015. <https://www.bbc.com/news/world-europe-31923136>

Bentzen, Naja (2016). Ukraine and the Minsk II Agreement: On a Frozen Path to Peace?, pp.6. *European Parliamentary Research Service*.

[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/573951/EPRS_BRI\(2016\)573951_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2016/573951/EPRS_BRI(2016)573951_EN.pdf)

Duz, Zehra Nur (2022). Ukraine Says Will Not Designate Special Status for Areas Controlled by Russia-backed Separatists. *Anadolu Agency*, 2 de fevereiro, 2022. <https://www.aa.com.tr/en/europe/ukraine-says-will-not-designate-special-status-for-areas-controlled-by-russia-backed-separatists/2492301>

Euronews (2022). "Russian MPs Urge Putin to Recognise Two Separatist-held Areas in Eastern Ukraine as Independent." 15 de Fevereiro, 2022. <https://www.euronews.com/2022/02/15/ukraine-crisis-russian-mps-to-vote-on-recognising-separatist-held-areas-in-east-as-indepen>

Foxhall, Andrew (2015). The Ceasefire Illusion: An Assessment of the Minsk II Agreement Between Ukraine and Russia. *Russia Studies Centre at The Henry Jackson Society*, Policy Paper No. 8. <https://henryjacksonsociety.org/wp-content/uploads/2015/12/Minsk-II-FINAL-For-Website.pdf>

France 24 (2015). Ukraine Deal 'a Last Chance' to Avoid War, Hollande Says. 7 de Fevereiro, 2015. <https://www.france24.com/en/20150207-ukraine-peace-bid-one-last-chances-avoid-war-says-hollande>

Herszenhorn, David M. e Roth, Andrew (2014). Russia Backs Plan by Ukraine Separatists for an Early Election. *The New York Times*, 28 de Outubro, 2014. https://www.nytimes.com/2014/10/29/world/europe/vote-set-by-ukraine-separatists-wins-russias-support.html?_r=0

Interfax (2022). Zelensky has Effectively Rejected Minsk Accords, Russian MPs' Request to Recognize LPR and DPR Not Accidental - Duma Speaker. 18 de Fevereiro, 2022. <https://interfax.com/newsroom/top-stories/73906/>

Klijn, Hugo (2022). Mulling Over Minsk: What do the Agreements (Not) Say?. *Netherlands Institute of International Relations*. <https://www.clingendael.org/person/hugo-klijn>

Kyiv Post (2014). OSCE Head Blasts Elections in Eastern Ukraine. 3 de Novembro, 2014. <https://www.kyivpost.com/article/content/war-against-ukraine/osce-head-blasts-elections-in-eastern-ukraine-370429.html>

OSCE (2022). Daily Report 38/2022, 18 February 2022. https://www.osce.org/files/2022-02-18%20Daily%20Report_ENG.pdf?itok=23379

Politico (2022). Russia's Parliament Urges Putin to Recognize Separatist Republics in Ukraine. 15 de Fevereiro, 2022. <https://www.politico.eu/article/russia-state-duma-parliament-donetsk-luhansk-moscow-putin-kremlin-ukraine-conflict/>

President of Ukraine (2021). President of Ukraine Calls for Revamp of Peace Process to End Donbas War. <https://www.president.gov.ua/en/news/volodimir-zelenskij-zaklikaye-do-modernizaciyi-ta-osuchasnen-68153>

Rácz, András e Saari, Sinikukka (2015). The New Minsk Ceasefire - A Breakthrough or Just a Mirage in the Ukrainian Conflict Settlement?, pp.1. *The Finnish Institute of International Affairs*. https://www.fiia.fi/wp-content/uploads/2017/01/comment5_2015eng.pdf

TASS (2019). Decentralization Bill by Ukraine's Zelensky Only Bolsters President's Powers LPR. 16 de Fevereiro, 2019. <https://tass.com/world/1099939>

Teslova, Elena (2022). Putin Says Minsk Agreement on Ukraine Exists no More. *Anadolu Agency*, 22 de Fevereiro, 2022. <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/putin-says-minsk-agreement-on-ukraine-exists-no-more/2510573>

The Center for Civil Liberties (2019). Ceasefire, Release of Prisoners and Unhindered Access for International Organisations: Five Years of Non-Implementation of the Minsk Protocol Raise Questions About its Efficacy. <https://ccl.org.ua/en/claims/ceasefire-release-of-prisoners-and-unhindered-access-for-international-organisations-five-years-of-non-implementation-of-the-minsk-protocol-raise-questions-about-its-efficacy/>

The Kyiv Independent (2022). Sources: Germany, France ask Zelensky to Comply With Russia's Spin of Minsk Agreements. 15 de Fevereiro, 2022. <https://kyivindependent.com/national/sources-germany-france-ask-zelensky-to-comply-with-russias-spin-of-minsk-agreements/>

The State Duma (2022). The Deputies Supported the Resolution on the Appeal to the President of the Russian Federation on the Need to Recognize the DPR and LPR. <http://duma.gov.ru/news/53431/>

United Nations Human Rights Office (2022). Conflict-related Civilian Casualties as of 31 December 2021 (rev 12 January 2022). <https://ukraine.un.org/sites/default/files/2022-01/Conflict-related%20civilian%20casualties%20as%20of%2031%20December%202021%20%28rev%2012%20January%202022%29%20EN.pdf>

United Nations Peacemaker (2015). Package of Measures for the Implementation of the Minsk Agreements.

https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/UA_150212_MinskAgreement_en.pdf

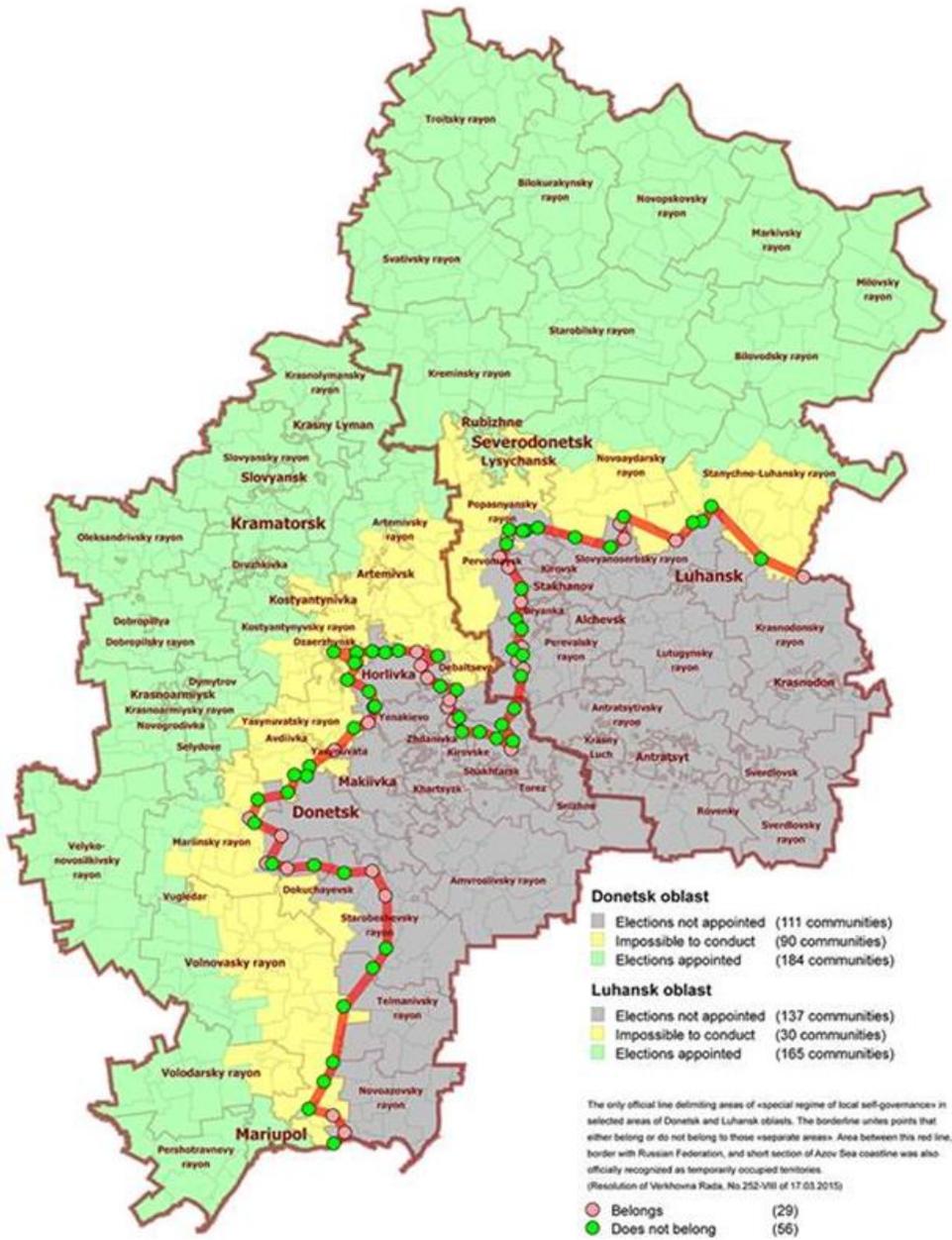
Nota de autor

HUGO NEVES é aluno finalista da Licenciatura em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP). Redator na PACTA, a revista do Núcleo de Estudantes de Relações Internacionais do ISCSP. Tem especial interesse em política internacional e geopolítica.

Anexos

Anexo 1 – Mapa das eleições autárquicas em Donetsk e Luhansk de 25 de outubro de 2015.

Elections to the city, town, village councils, and of respective mayors in Donetsk and Luhansk oblasts of Ukraine
25 October 2015

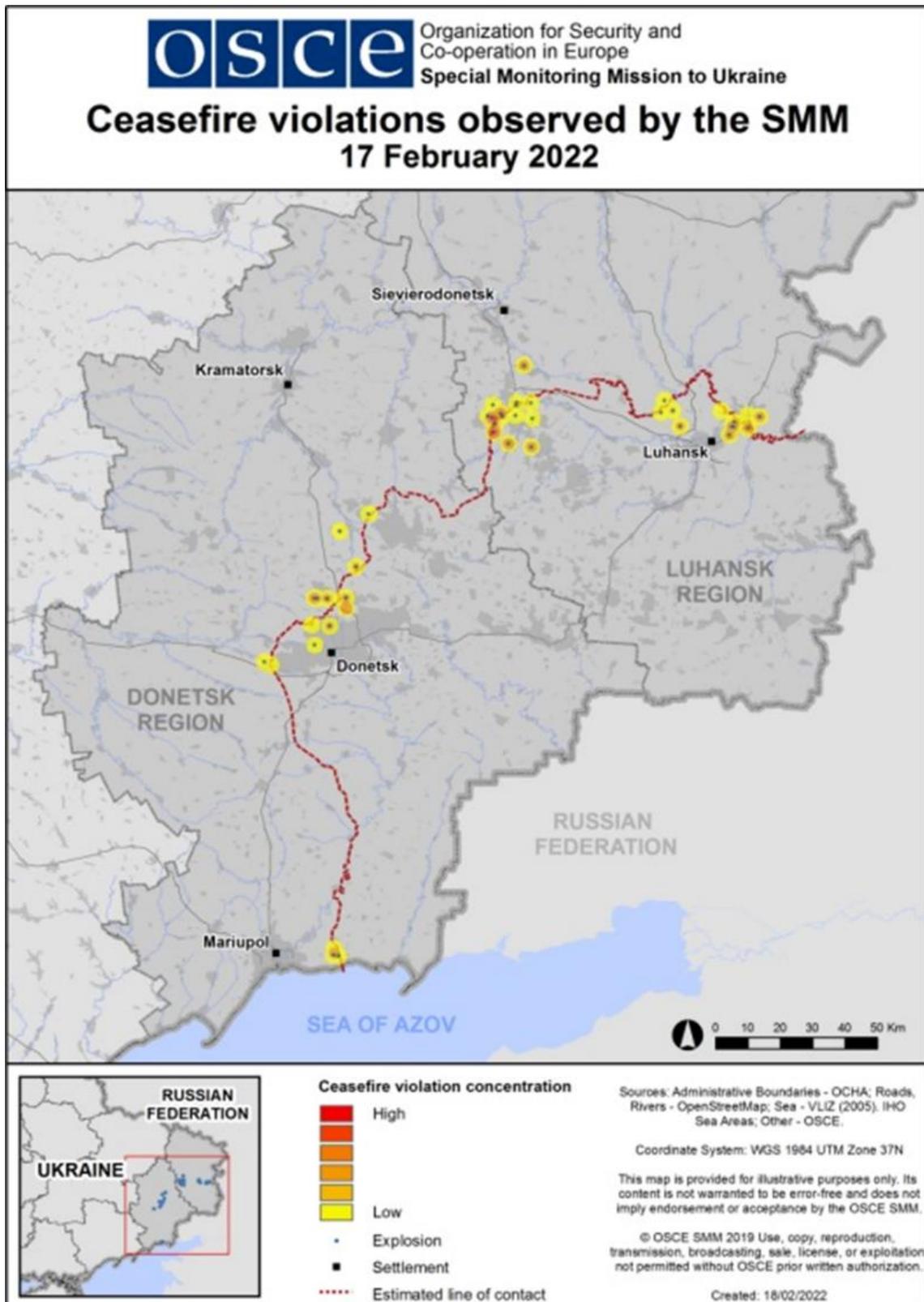


Map created according to the resolutions of Central Election Commission of Ukraine:
No. 189 of 28.08.2015, №207 of 29.08.2015 - Donetsk oblast
No. 190 of 28.08.2015, №208 of 29.08.2015 - Luhansk oblast



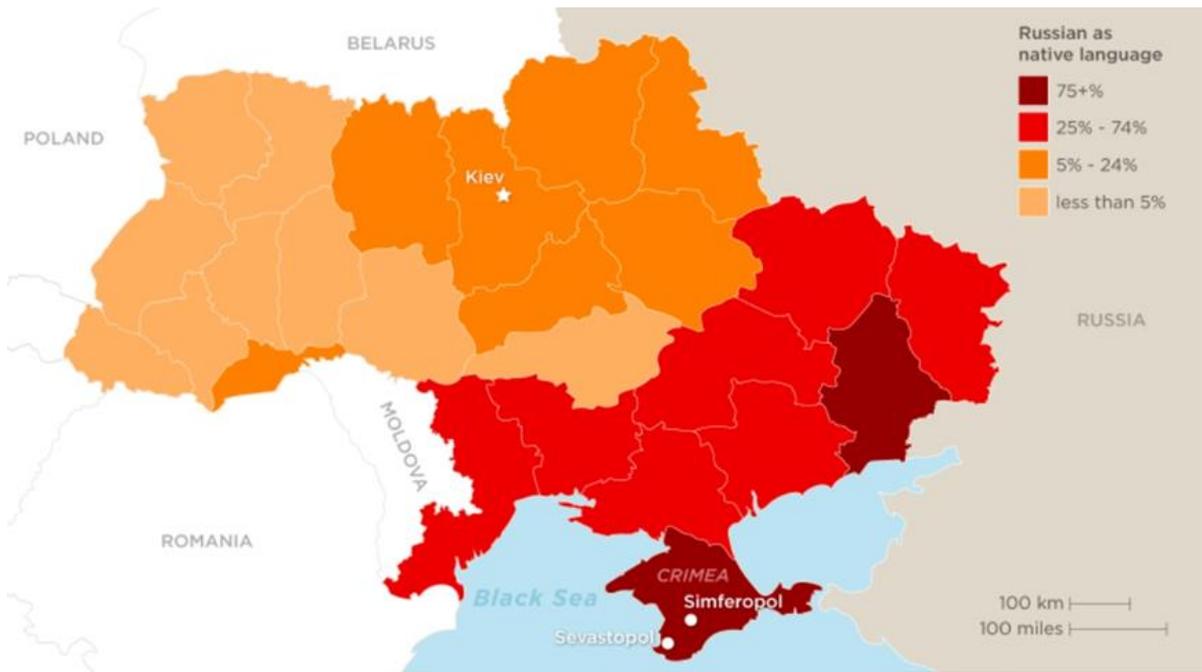
Fonte: Ukranian Center for Social Data, 2015.

Anexo 2 – Mapa das violações de cessar-fogo observadas pela OSCE em Donetsk e Luhansk (17 de fevereiro de 2022).



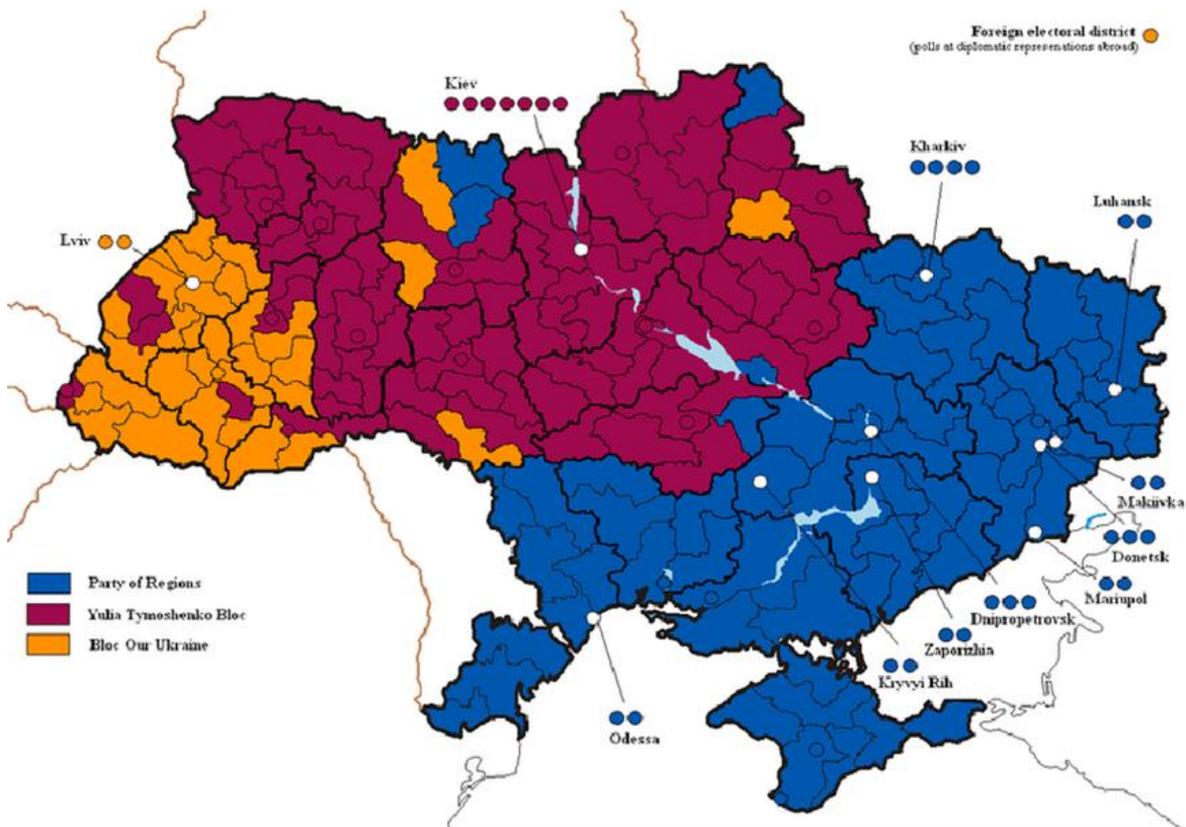
Fonte: OSCE, 2022.

Anexo 3 – Mapa da distribuição da população ucraniana por língua nativa de 2001.



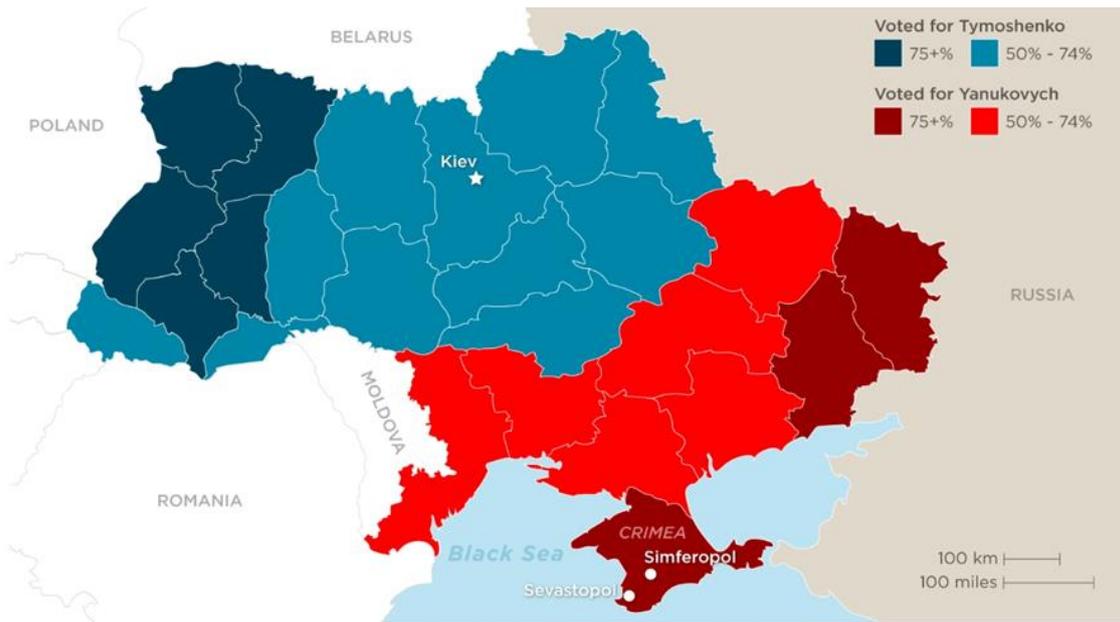
Fonte: 2001 Ukraine Census.

Anexo 4 – Mapa das eleições legislativas de 26 de março de 2006 na Ucrânia.



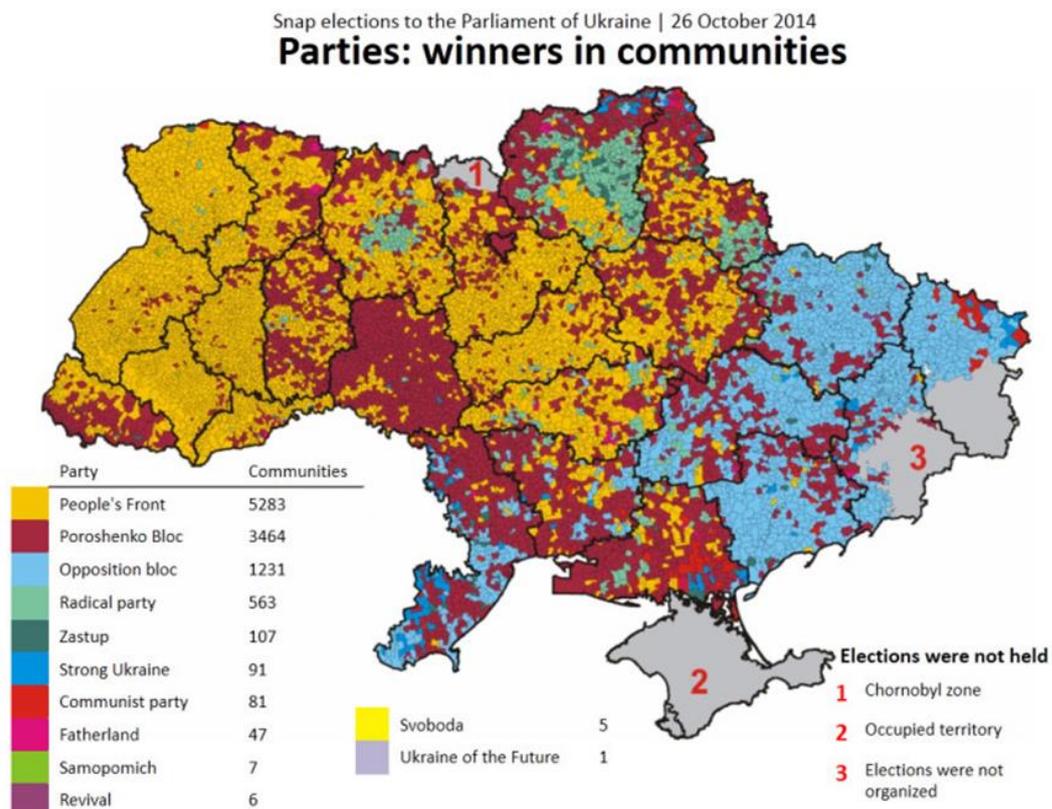
Fonte: ResearchGate, 2006.

Anexo 5 – Mapa das eleições presidenciais de 17 de janeiro de 2010 na Ucrânia.



Fonte: Ukraine Central Election Commission, 2010.

Anexo 6 – Mapa das eleições legislativas de 26 de outubro de 2014 na Ucrânia.



Fonte: Ukrainian Center for Social Data, 2014.

STATE BUILDING & FRAGILITY MONITOR

Ucrânia

O STATE BUILDING & STATE FRAGILITY MONITOR APRESENTA-SE COMO UMA FERRAMENTA ÚTIL PARA ESTUDANTES, ACADÉMICOS, POLICY MAKERS, ASSIM COMO TODOS OS INTERESSADOS EM EXPLORAR AS TEMÁTICAS ABORDADAS.